

**universidade eduardo mondlane**

**centro de estudos africanos**

# **problemas de transformação rural na província de gaza**

**um estudo sobre a articulação entre  
aldeias comunais selecionadas,  
cooperativas agrícolas e a unidade  
de produção do baixo limpopo (upbl)**

RESTRICTED

**1979**

**universidade eduardo mondlane**

**centro de estudos africanos**

# **problemas de transformação rural na província de gaza**

**um estudo sobre a articulação entre  
aldeias comunais seleccionadas,  
cooperativas agrícolas e a unidade  
de produção do baixo limpopo (upbl)**

**1979**

A região do Baixo Limpopo está no início de um processo de reconstrução socialista que transformará profundamente as relações entre os homens e a terra no vale. Em cada etapa do processo a planificação reflete não só os objectivos últimos mas também as condições concretas existentes no momento.

Neste relatório, debruçamo-nos sobre a actual situação produtiva no vale de uma forma bastante severa e crítica. Contudo, o nosso objectivo não é simplesmente criticar, mas, pelo contrário, contribuir no sentido de uma análise realista das condições existentes que têm que ser alteradas através de uma estratégia de transformação socialista do vale.

Este trabalho não seria possível sem o apoio que recebemos das estruturas da Província aos vários níveis e em particular da Direcção Provincial de Agricultura e responsáveis da UPBL. Agradecemos também aqui o apoio dos camponeses e estruturas políticas das Aldeias Comuns em que trabalhamos.

## OS AUTORES DO RELATÓRIO

O trabalho de investigação no campo deste estudo sobre a produção rural no vale do Baixo-Limpopo na província de Gaza foi executado por estudantes e quadros do Curso de Desenvolvimento do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. As brigadas eram compostas pelos seguintes membros:

### 24 DE JULHO/ZONGOENE

Kurt Habermeyer  
Alexandrino José  
João Donato  
Benjamin Chelene  
Azarias Mandevo

### SALVADOR ALLENDE

Bridget O'Laughlin  
Luís de Brito  
Jaime Levi  
Carlos Baptista  
Ivette Amós  
Valdomiro Sócrates

### OUA/NHANDUTSE

Rinze Vissia  
Jaime Manhique  
André T. Namagoa  
Estevão Machava  
Carlos Serra

### MARRANGUE

Alpheus Manghezi  
António Roxo Leão  
Aníbal Martins  
Abraão Muhai  
Maurício Manhique

A análise dos dados recolhidos durante a investigação no campo, a avaliação dos resultados e os primeiros esboços deste Relatório constituíram um esforço colectivo do Centro de Estudos Africanos e de seu Curso de Desenvolvimento. O número dos participantes na análise dos dados incluiu os estudantes do Curso que não tinham participado nas Brigadas de Investigação no campo, bem como membros do quadro de investigação e leccionação do C.E.A., em especial Maria Eulália de Brito, Amália Susini e Marc Wuyts. Esta versão definitiva do Relatório é da responsabilidade do C.E.A., sob a direcção de:

Aquino de Bragança - Director  
Ruth First - Director da Investigação

Maputo  
Abril - Julho de 1979



# I N D I C E

ORIGENS E OBJECTIVOS DO ESTUDO .....	1
INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DA REGIÃO .....	4
A Época Colonial .....	4
O trabalho assalariado .....	4
A implantação dos colons .....	5
Mudanças na agricultura familiar .....	5
A Independência e a Transição para o Socialismo .....	6
O Plano do Limpopo .....	7
O SECTOR ESTATAL .....	9
A Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL) .....	10
O Problema de Ligação entre a UPBL e as Aldeias Comuns .....	11
A Monocultura e o Padrão Existente de Utilização da Força de Trabalho .....	12
Implicações Políticas .....	15
ANEXOS ESTATÍSTICAS .....	
1. Culturas, Áreas, Metas e Rendimentos Físicos nas Campanhas 77/78 e 78/79 .....	18
2. Inventário do Parque de Máquinas e Custos Anuais Fixos das Máquinas .....	19
3. Número de Trabalhadores e Salários (Bloco 3) .....	20
4. Ocupação de Trabalhadores Sazonais (Círculo de Nhangume) .....	21
APÊNDICE .....	
UPBL -- Bloco 4 (Bananal): Análise da Força de Trabalho .....	22
Algumas Informações Básicas sobre o Bananal .....	22
Composição da Força de Trabalho .....	23
AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA .....	26
Problemas Gerais do Movimento Cooperativo no Baixo Limpopo .....	26
Dados Básicos sobre as Cooperativas Estudadas .....	27
Composição da Força de Trabalho .....	28
Resultados Económicos .....	29
Principais Problemas das Cooperativas .....	30
Concorrência entre agricultura familiar e produção colectiva .....	30
Problemas de organização interna .....	31
Deficiente apoio do Estado .....	31
Propostas do "Plano" e Comentários .....	33

## APENDICE

Estudo de Alguns Casos: Três Cooperativas da Area de Marrangó	35
As Cooperativas Agrícolas da Area	35
A Cooperativa Liberdade	37
Organização do trabalho	39
Mobilização	39
A Cooperativa de "Maguiguane"	40
Organização e mobilização	40
A Cooperativa de Maleni (Unidade)	41
Organização e mobilização	41
Conclusões	42
ALDEIAS COMUNAIS	43
Aldeia Comunal 24 de Julho (Zongopene)	45
Da exploração colonial à formação das Aldeias Comunais	45
População, força de trabalho e composição das famílias	46
Ocupação e utilização da terra	48
Equipamento agrícola, gado bovino e cajueiros	51
Produção familiar e comercialização	52
Trabalho assalariado	54
Sistemas de reprodução familiar e deferenciação social	55
Crise de reprodução e implicações do "Plano do Limpopo"	57
Aldeia Comunal Salvador Allende (Chilaulene)	59
Organização da agricultura familiar	60
Instrumentos do trabalho	62
Organização do trabalho na agricultura familiar	63
Dependência da família camponesa em relação ao mercado	64
Comercialização	64
Trabalho assalariado	65
Implicações do Plano do Limpopo	65
Aldeia Comunal OUA (Nhancutse)	67
Redistribuição da terra	69
A situação actual	69
Outros aspectos da agricultura familiar	72
Equipamento agrícola e gado bovino	72
Comercialização	72
Trabalho assalariado	73
Extractos de camponeses e o problema da terra na aldeia	73
Alguns considerações sobre a aplicação do "Plano do Limpopo" na OUA	74
CONCLUSÕES	76
Problemas Principais da Base Produtiva das Aldeias Comunais	76
Causas da Fraqueza da Base Produtiva das Aldeias Comunais do Baixo Limpopo	78
O Plano do Limpopo	80

## SUMARIO DO RELATORIO

O presente relatório contém uma descrição e uma análise da base produtiva de Aldeias Comunaes seleccionadas no vale do Baixo Limpopo. A partir daqui tentamos chegar a algumas conclusões gerais e formular perguntas que se apliquem a todas as Aldeias Comunaes no Distrito de Gaza, separando que sejam úteis na implementação, a que se assiste neste momento, duma nova estratégia de transição para o Vale do Limpopo.

A actual base de produção das Aldeias Comunaes que investigámos é muito débil, reflectindo não só as devastações causadas pelas cheias de 1977, mas também os problemas mais gerais de transformação duma economia colonial com base na agricultura dos colonos, migração da mão-de-obra (particularmente para as minas da Africa do Sul) e na agricultura familiar pouco desenvolvida. As directivas do Partido-FRELIMO sobre a transformação da agricultura sublinham o facto que o desenvolvimento das forças de produção nas zonas rurais deve assentar no desenvolvimento de formas colectivas de produção e na utilização ótima da força de trabalho humano existente. Por esta razão, quando investigámos a relação entre a produção colectiva e a agricultura familiar, que neste altura constitui a verdadeira base de produção da grande maioria das famílias camponesas nas Aldeias Comunaes do Baixo-Limpopo, focámos particularmente a mobilização da força de trabalho humana para as novas formas de produção colectiva: as Machambas Estataes e as Cooperativas.

Descobrimos que a UPBL (Unidade de Produção do Baixo Limpopo), em consequência da sua estrutura actual de monocultura de arroz, tem essencialmente necessidades sazonais de mão-de-obra. Não é capaz, nesta altura, de assegurar um vencimento monetário regular proveniente de trabalho assalariado às famílias das Aldeias que controle. As cooperativas que estudámos trabalhavam geralmente com prejuizos, e só uma pequena percentagem das famílias das Aldeias Comunaes as integravam; a sua participação revelava-se fraca durante os períodos-chaves do ciclo agrícola. Esta estrutura é uma reflexão do facto que, a não ser que a cooperativa possa garantir a subsistência, a maioria das famílias camponesas não podem tomar o risco duma diversão de força de trabalho sua da própria produção familiar. Assim, verificámos uma mobilização muito baixa da mão-de-obra para ingresso nas duas formas existentes de produção colectiva nas Aldeias Comunaes do Baixo Limpopo.

Do nosso estudo não resulta que este problema de fraca participação à produção colectiva pode ser resolvido, neste momento, pela mera restrição e redistribuição da área de terras disponível aos camponeses para a agricultura familiar. Não encontramos nenhum grupo de camponeses sem terras, cujo potencial produtivo seria libertado por uma redistribuição de terras; o problema na agricultura familiar não é o da terra, mas sim o do acesso a charruas, tractores, bois e irrigação. Além disso, nem a UPBL nem as cooperativas podem, com as estruturas de cultivo e a capacidade organizacional que neste momento têm, absorver a força de trabalho "libertada" pelas restrições sobre a propriedade na agricultura familiar. A UPBL, por exemplo, já possui terras, tomadas da produção camponesa, que ainda não tem sido capaz de cultivar. Por esta razão a limitação neste momento da propriedade de terras na agricultura familiar significaria a restrição, não apenas dos camponeses mais prósperos, mas também da capacidade de produção da vasta camada do campesinato médio. O nosso estudo parece indicar que o desenvolvimento e a expansão de formas cooperativas dentro da própria agricultura familiar - por exemplo, através da provisão por parte do Estado de alfaías agrícolas colectivas, seria um dos aspectos mais positivos da actual estratégia de transição no Baixo Limpopo.



## ORIGENS E OBJECTIVOS DO ESTUDO

Este relatório é o resultado do trabalho de investigação, no campo, de quatro brigadas (três no distrito de Gaza e uma no de Manjacaze) do Centro de Estudos Africanos, durante três semanas, em Abril de 1979.

A maioria das Aldeias Comunais do distrito de Gaza foram formadas na sequência das cheias que assolaram a Província em 1977. A sua constituição tinha dois objectivos: fornecer áreas de habitação segura à população de Vale e iniciar a transformação social da vida rural. A fraqueza da base produtiva das Aldeias Comunais tem, desde a sua formação, criado obstáculos ao desenvolvimento económico da região e, inevitavelmente, à mobilização política do campesinato. As recentes directivas sobre a reorganização da terra e do trabalho no Limpopo (as quais designamos genericamente ao longo deste relatório por "Plano do Limpopo") constituem uma tentativa para fazer frente a estas dificuldades através da edificação duma base produtiva mais sólida nas Aldeias Comunais. É objectivo do presente relatório contribuir com uma análise dos problemas actuais da produção no Baixo Limpopo.

Tentámos cobrir os diversos sectores da produção: familiar, estatal e cooperativo. Deste modo, estudámos três Aldeias Comunais situadas no distrito de Gaza, mas escolhidas de forma a ilustrar situações produtivas diversas: duas, Salvador Allende (Chilaulene) e OUA (Nhancutse), na margem esquerda, estão sob o controle da UPBL; a outra, 24 de Julho (Zongoene) na margem direita, está sob o controle do Sector Cooperativo da DPA (ver o mapa na página 2). Fizemos uma análise do sector agrícola da Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL) e estudámos, embora não de uma forma muito sistemática no que concerne a resultados económicos, a produção cooperativa das Aldeias Comunais atrás referidas assim como três cooperativas da área de Marrânçoé, no distrito de Manjacaze, que apresentam aspectos diferentes do processo de desenvolvimento do sector cooperativo.



O "Plano do Limpopo" propõe uma estratégia de transição no que respeita às Aldeias Comunaes do Vale do Limpopo, em conformidade com as orientações da VIII Sessão do CC da FRELIMO: restrição do sector familiar e desenvolvimento do sector colectivo como base produtiva das Aldeias Comunaes. A concretização desta estratégia, numa dada região, depende da situação produtiva actual daquela região, não só no sector familiar como também no sector colectivo.

A IVª Sessão do Partido-FRELIMO (1977) afirmou o papel primordial da agricultura colectiva na transformação do campo, mas também reconheceu que a agricultura familiar fornece a base de subsistência para a grande maioria do campesinato. A decisão do CC de que no futuro as áreas para a agricultura familiar devem ser limitadas a 1 ha. baseia-se numa hipótese do dinamismo e da taxa de crescimento do sector colectivo. Os problemas da relação entre a agricultura colectiva e a agricultura familiar são encarados como um processo. Este processo poder-se-ia encarar de várias maneiras. Por um lado a política poderia ser limitar a agricultura familiar para abrir o caminho para formas colectivas de produção. No entanto, impor limitações na agricultura familiar sem estabelecer ao mesmo tempo formas alternativas de produção para estes mesmos camponeses, poderia resultar na destruição da base de reprodução do campesinato. Uma maneira alternativa de conceber a transformação da agricultura seria considerá-la como um único processo pelo qual a produção colectiva se desenvolve através da transformação da agricultura familiar. O nosso estudo concentra-se na relação entre a agricultura familiar nas aldeias comunaes e as formas colectivas de produção. De acordo com este objectivo, analisaremos uma após outra as diferentes formas colectivas, tanto a machamba estatal como as cooperativas, e depois viraremos a nossa atenção para as Aldeias Comunaes em que a agricultura familiar continua a ser predominante.

## INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DA REGIÃO

A área do Baixo Limpopo abrange o Vale entre Chibuto e a foz do rio Limpopo, bem como o planalto situado dos dois lados do rio. O distrito de Gaza cobre a maior proporção daquela área, e é nele que mais se faz sentir a influência da UPBL.

### A Época Colonial

Há três aspectos da história colonial do Baixo Limpopo particularmente pertinentes para a situação económica actual da região:

a) o trabalho assalariado (especialmente o trabalho migratório para a África do Sul); b) a implantação dos colonos no Vale; c) mudanças na agricultura familiar.

#### O trabalho assalariado

Como todo o Sul do Save, a região do Baixo Limpopo fazia parte da reserva de mão-de-obra para a indústria mineirasul-africana. O campesinato da área, sujeito a um processo secular de semi-proletarização está profundamente dependente do trabalho migratório para assegurar a sua reprodução. A emigração na região já era importante no fim do século XIX. Entre 1940 e 1975 só a WENELA recrutou entre 13% e 21% da população activa masculina da Província de Gaza.<sup>(1)</sup> Quase todos os agregados familiares entrevistados no Baixo Limpopo tinham mineiros ou ex-mineiros. Os salários das minas eram utilizados para complementar a subsistência familiar obtida com o cultivo da machamba, e para comprar instrumentos de produção agrícola. Há muitos anos que os bens de salário da África do Sul (bicicletas, móveis, máquinas de costura, rádios) fazem parte do padrão de subsistência das famílias do Baixo Limpopo.

<sup>(1)</sup> Ver O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1977.



Como alternativa ao trabalho mineiro e ao trabalho forçado, outros jovens procuravam trabalho assalariado nas cidades moçambicanas, particularmente Maputo. Parece-nos que estes trabalhadores migrantes dentro de Moçambique não ficam tão ligados ao seu local de origem como os mineiros que, dada a especificidade do seu trabalho (por contrato) são obrigados a regressar temporariamente. Apesar de não manterem ligações tão estreitas, os trabalhadores assalariados em Moçambique também enviam bens e dinheiro para a sua família no campo.

#### —A implantação dos colonos

A maior expansão da agricultura dos colonos no Baixo Limpopo data dos anos '50. A sua implantação dependia do Estado colonial que investiu na irrigação e drenagem das terras, forneceu crédito e materializou a expropriação dos camponeses africanos das terras férteis do Vale.<sup>(1)</sup> Os colonos dependiam também do Estado para o recrutamento obrigatório de força de trabalho barata (chibalo). Tanto os homens como as mulheres eram recrutados para trabalho sazonal nas machambas dos colonos. O principal produto cultivado era o arroz, embora se cultivassem outros produtos nomeadamente o trigo, milho, hortaliças, bananas, e se praticasse a criação de gado.

#### —Mudanças na agricultura familiar

A partir dos anos '30 e possivelmente já antes, os mineiros que regressavam da África do Sul traziam charruas. Com a charrua era possível cultivar as terras do Vale, difíceis de cultivar à enxada e anteriormente reservadas para pastagem. Nos anos '40 a charrua e os bois tornaram-se parte integrante do sistema da agricultura familiar. Através da cultura obrigatória e organização administrativa da comercialização, novas culturas de rendimento como o arroz, o algodão e o trigo foram introduzidas na agricultura familiar. Para se poderem praticar estas culturas de rendimento foram efectuados parcelamentos do machongo, o solo rico do Vale, e atribuídos aos camponeses da área. Depois da supressão das culturas obrigatórias, alguns camponeses continuaram a produzir culturas de rendimento voluntariamente. Estas mudanças na agricultura familiar tornaram as famílias camponesas estreitamente dependentes dos colonos e do Estado, (compra de bois, abastecimento em sementes, escoamento dos produtos), bem como do trabalho assalariado, particularmente nas minas, como meio de obter charruas e bois. Estas mudanças originaram uma pequena classe de camponeses ricos que possuem grandes machambas, tractores, carroças ou motobombas, empregam assalariados sazonais e comercializam quantidades consideráveis de culturas de rendimento. A expansão deste grupo foi, todavia, limitada pelas medidas administrativas (política de concessão de crédito, acesso ao regadio, etc.) que favoreciam os colonos.

(1) A expropriação da terra dos camponeses foi um dos pontos críticos mais marcantes da exploração colonial, estando ainda por ser documentada convenientemente; apenas lhe nos referimos brevemente aqui.

## A Independência e a Transição para o Socialismo

Com a Independência, a maioria dos colonos e comerciantes do Baixo Limpopo abandonaram as suas machambas e cantinas. A sua partida resultou numa baixa de produção drástica no sector empresarial, assim como numa desorganização da agricultura familiar. As famílias camponesas dependiam do trabalho assalariado para completar a sua subsistência, e dos colonos e cantineiros para o fornecimento de sementes, aluguer de tractores e acesso aos canais de comercialização. A saída dos administradores coloniais dificultou também o fornecimento de apoio técnico e a organização da comercialização pelo Estado. A partir de 1976, a base de subsistência de quase todo o campesinato do Sul de Moçambique foi ainda mais debilitada pela queda no trabalho migratório para a África do Sul. Em 1975, a WENELA recrutou 19% da população activa masculina de Gaza. Em 1976 o número recrutado representava apenas 4% dessa força de trabalho masculina. Em consequência, muitos dos camponeses ficaram incapacitados de comprar em bens de consumo e alfaia agrícola. Nas Aldeias onde trabalhamos, encontramos muitos ex-mineiros que aguardavam com expectativa a possibilidade de poderem regressar à África do Sul, mas poucos que possuíam bónus válidos. Tais foram os problemas duma economia rural distorcida, que a FRELIMO enfrentou com uma política de transformação radical no campo, nos anos imediatamente após a independência.

Com as cheias de 1977 novo golpe foi vibrado na produção do Vale, na região do Baixo Limpopo: prejuízos das colheitas, perda do gado, destruição de habitações assim como dos sistemas de drenagem e regadio. A resposta do Partido e Governo foi imediata e decisiva: o povo das áreas afectadas foi transferido para zonas mais seguras, e foram formadas Aldeias Comunitárias.

Alguns dos problemas subsequentes encontrados pelas Aldeias Comunitárias surgiram do carácter de emergência da sua criação e a rápida deslocação das suas populações. No entanto, parece-nos incorrecto continuar hoje em dia a atribuir os problemas de produção no Baixo Limpopo exclusivamente às consequências das cheias.

No caso da Aldeia Comunitária "OUA", o reagrupamento da população foi acompanhado por uma ocupação maciça de terras de camponeses por parte da UPBL. Noutras aldeias a organização das machambas dos camponeses (e as

estruturas políticas da Aldeia) foram muito pouco afectadas por qualquer reagrupamento. Para compreender as dificuldades da produção camponesa, é preciso estudá-la na sua relação com a forma de produção predominante na região, que é a UPBL, constituída depois da independência de machambas de colonos abandonadas. A herança pelo Estado destas grandes empresas agrícolas abriu a possibilidade duma rápida transformação socialista. Mas o investimento massivo de recursos do Estado nestas empresas num momento em que a agricultura familiar se encontrava em crise por causa da herança colonial que mencionámos acima, põe o problema da relação, dentro da região, das formas de produção agrícola coexistentes. Esta relação entre Machambas Estatais, a agricultura dos camponeses e as vias de transformação da agricultura familiar por meio da cooperativização, é o problema abordado pelas autoridades provinciais numa série de documentos, que chamaremos "o Plano do Limpopo".

### O Plano do Limpopo

O "Plano do Limpopo" (1) propõe dois meios principais para resolver (ou pelo menos minorar) o problema da fraqueza da base produtiva das Aldeias Comunsais.

1. Regularizar a relação entre as Aldeias Comunsais e a sua base colectiva de produção:
  - pondo todas as Aldeias sob controle ou da UPBL ou do sector cooperativo;
  - reorganizando a propriedade das machambas individuais de modo que os talhões para cultivo se situem o mais perto possível do local de residência da família camponesa.
2. Resolver os conflitos entre os diferentes sectores de produção de tal maneira que conduza ao desenvolvimento do sector colectivo:
  - limitando as dimensões das machambas do sector familiar;
  - criando uma Cooperativa em cada Aldeia Comunal;
  - iniciando formas colectivas na criação de gado e na organização das machambas familiares;
  - organizando um melhor sistema de fornecimento de instrumentos agrícolas necessários ao campesinato, numa base colectiva.

- 
- (1) Nº 1 -- Relatório da Comissão Nomeada pelo Governo Provincial para Estudo da Situação das Machambas dos Sectores Cooperativo, Estatal, Privado e Familiar das Aldeias Comunsais situadas no vale do Limpopo, de 14 a 25 de Fevereiro de 1979.
- Nº 2 -- Documento de Apoio às Comissões Distritais de organização e distribuição da terra pelas Cooperativas, Empresas Estatais e Machambas Familiares nas Aldeias Comunsais.
- Nº 3 -- Primeira Reunião das Comissões Distritais de organização e distribuição de terras nas Aldeias Comunsais, realizada no distrito do Bilene em 17 de Março, 1979.
- Nº 4 -- Síntese da Reunião com as Comissões Distritais e Direcções das Aldeias Comunsais dos distritos de Chibuto e Guijá, realizada na Aldeia Comunal Acordos de Lusaka em 23 de Março de 1979.

O "Plano", portanto, tenta implementar as directivas da 8ª Sessão do CC que prevêem a restrição da propriedade no sector familiar aos talhões de subsistência e a expansão do sector colectivo como base produtiva das Aldeias Comunaes. Queremos notar, porém, que as directivas prevêem um processo de transição: a restrição do sector familiar está ligada à existência dum sector colectivo que possa absorver a força de trabalho liberta.

A capacidade de limitar o sector familiar depende, portanto, da potencialidade do sector colectivo para absorver a força de trabalho e garantir o nível de subsistência das famílias das Aldeias Comunaes.

Dado que a estratégia da transformação da agricultura depende do desenvolvimento do sector colectivo, a secção seguinte debruça-se sobre as duas principais formas da produção colectiva que serão a base produtiva das Aldeias Comunaes do Baixo Limpopo: o sector cooperativo e a empresa estatal (UPBL).

O material que apresentamos sobre a UPBL foca a utilização da força de trabalho e a capacidade de absorção da mesma desta machamba estatal.



## O SECTOR ESTATAL

Pela dimensão das terras e pela concentração dos recursos que controla, a UPBL tem na área um peso económico muito grande. A empresa estatal começou por recuperar e reorganizar o potencial de produção herdado da agricultura colona. Entretanto, já ultrapassa as áreas e os meios técnicos utilizados pelos agricultores capitalistas no período antes da Independência.

As terras da UPBL estão divididas em 7 blocos, dos quais 5 situados no distrito de Gaza (e os 2 restantes em Chibuto e Bilene-Macia). Na margem esquerda do rio, a empresa pratica essencialmente a monocultura do arroz, cobrindo vastas áreas entre o distrito de Chibuto e a foz do Limpopo. Todas as Aldeias Comuns deste lado, em número de oito, encontram-se na esfera de influência da empresa, que nelas recruta a sua mão de obra sazonal. Na margem direita, a produção é mais diversificada: além de cultivar um bloco de arroz, a empresa controla a bananal e duas unidades leiterias. Cinco Aldeias Comuns deverão fornecer a mão de obra necessária, em maior proporção constituída por trabalhadores permanentes.

### A Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL)

A Unidade de Produção do Baixo Limpopo pertence ao Sector Estatal Agrário. Desde a campanha 1976/77 a UPBL tem tentado recuperar e pôr em produção as explorações coloniais agro-pecuárias e industriais abandonadas.

As áreas totais próprias para agricultura e pecuária na zona da UPBL são respectivamente de 16.465 ha e de 8.500 ha. A unidade tem actualmente 3 tipos de actividades: agricultura, pecuária e um início de actividade industrial. Há 4 blocos de culturas arvenses (predominantemente arroz), 1 bloco de bananal e 2 blocos de exploração leiteira. As actividades industriais englobam uma unidade de descaroçamento de algodão, uma serração mecânica e uma moagem de farinha de milho (todas em recuperação). Sob o ponto de vista económico, a cultura do arroz é largamente dominante, como podemos deduzir do seguinte quadro para a campanha 77/78:\*

Arroz	4500 hectares
Trigo	750 hectares
Bananal	250 hectares
Leite	835.550 litros
Carne	38.250 Kg

A Unidade tem um parque de máquinas e viaturas de dimensões consideráveis e, além disso, 35 estações de bombagem para a rega do arroz.\*\*

Os problemas naturais na zona são: o perigo de cheias do rio Limpopo, irregularidades climáticas, pragas de pássaros na altura da ceifa do arroz e a salinidade do rio Limpopo.

\* Ver anexo 1 para um quadro mais completo das campanhas 77/78 e 78/79.

\*\* No anexo 2 é feito um inventário do parque de máquinas e os seus custos fixos. Este material poderia ajudar para a constituição dum relatório de contas dos custos gerais das operações na UPBL; no entanto não tentámos, neste relatório, fazer um tal relatório de contas.

### O Problema de Ligação entre a UPBL e as Aldeias Comunsais

Como já tem sido analisado pelas estruturas competentes do Partido e do Governo ao nível provincial, põem-se dois problemas principais no que diz respeito às relações entre a UPBL e as Aldeias Comunsais.

1. A necessidade de dotar as Aldeias Comunsais com uma base sólida de produção colectiva;
2. Em consequência, a necessidade de alargar a capacidade de absorção de força de trabalho da UPBL. Este ponto implica que se preste a devida atenção ao carácter sazonal das necessidades em mão de obra da machamba estatal.

A dimensão do problema de absorção de mão de obra pode ser avaliada em termos gerais a partir da estimativa da população das aldeias comunsais associadas com a UPBL:

<u>População das Aldeias Comunsais sob controle da UPBL</u> (Distrito de Gaza)			
Círculo/Aldeia Comunal	0-14 anos	15+ anos	Total
Bungane	1.974	2.695	4.669
Nhancutse/OUA	2.340	2.866	5.206
Siaia	2.599	2.845	5.444
Nhocuene (estimativa)	400	446	846
Nhampondsoene/F. Castro	1.405	1.506	2.911
Marien Ngouabi	6.116	6.692	12.808
Mbalamine/P. Lumumba	5.528	5.866	11.394
Chilaulene/S. Allende			
Sarmene/Voz da Frelimo	1.263	1.262	2.525
Maingane	1.186	2.400	3.586
OMM	1.894	2.312	4.206
3 de Fevereiro	2.820	3.130	5.950
Chicumbane	3.955	2.900	6.855
TOTAL	31.480	34.920	66.400

Trata-se de estimativas populacionais mínimas, cuja fonte são os resultados da campanha de vacinação de Agosto-Setembro de 1978; os números não incluem a força de trabalho ausente do distrito, particularmente a mão de obra migratória em outras partes de Moçambique ou na África do Sul.

Além das referidas Aldeias Comunsais do distrito de Gaza, passarão para o controle da UPBL mais duas Aldeias do Distrito de Bilene-Macia e quatro de Chibuto.

Pode-se concluir destes números que, só no distrito de Gaza, a força de trabalho potencial é constituída a partir duma população de quase 35.000 adultos em idade de trabalhar (i.e. maiores de 15 anos).

Nesta secção tentamos dar uma contribuição à discussão do problema da utilização da força de trabalho em condições de monocultura (que se deve à predominância da produção de arroz). Além disso, esta secção tenta discutir as implicações de diferentes políticas de utilização da força de trabalho.

### A Monocultura e o Padrão Existente de Utilização de Força de Trabalho

Investigamos nesta secção o padrão de utilização da força de trabalho na cultura de arroz.

No apêndice a esta secção juntamos dados sobre outro padrão de utilização de força de trabalho, o da plantação de bananais, que utiliza uma força de trabalho mais estável.

A força de trabalho utilizada na cultura de arroz tem duas características:

1. É, na sua essência, sazonal. Isto quer dizer que existem variações muito grandes na utilização da força de trabalho em épocas diferentes do ano.
2. Mas mesmo dentro deste padrão de sazonalidade, há grandes variações na utilização do trabalho sazonal, i.e. mesmo a mão de obra sazonal é absorvida de uma maneira desigual e irregular.

Para mostrar o padrão de sazonalidade, ~~apoiamo-nos fundamentalmente~~ uma amostragem dos trabalhadores sazonais (num total de 285-173 homens e 112 mulheres) recrutados no círculo de Nhanguma (Aldeias Comunaís Patrice Mumumba e Salvador Allende), durante 1978, para o Bloco I, e também a força de trabalho total e salários referentes ao Bloco III da UPBL.

No quadro seguinte, relativo aos 285 trabalhadores de Nhangume, podemos ver a distribuição pelos vários meses do ano, o número de jornas correspondentes e a média de jornas por trabalhador:

Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAIS
A Nº de trabalhadores	61	54	123	70	43	123	105	69	66	49	58	35	856
B Jornas	1222	1209	2442	1341	784	2141	2405	1377	1354	1028	1204	813	17.380
C $\frac{B}{A}$	20,0	22,4	19,9	19,2	18,2	17,4	22,9	20,0	20,5	21,0	21,8	23,2	20,3

Amostra: 285 trabalhadores, dos quais 173 homens e 112 mulheres



Este padrão é confirmado nos dados obtidos no Bloco 3, como se pode ver no gráfico seguinte,\* que mostra para o Bloco 3 altas na absorção de mão de obra nos meses de Fevereiro e de Junho, e níveis baixos em Abril, e a partir de Agosto até e incluindo Janeiro. Como se pode ver no gráfico, a sazonalidade verificada nos dados do Bloco 3 é maior do que a que revela a amostra de Nhagume. Esta amostra deve, portanto, ser considerada como índice mínimo, e não máximo, da sazonalidade.

Aprofundando no sentido de se obterem dados mais claros sobre a sazonalidade, podemos considerar os números médios de dias de trabalho por ano e para cada trabalhador individual.\*\* Assim, temos:

- a) média geral (homens e mulheres em conjunto)  
+ 61 dias de trabalho por ano;
- b) média dos homens  
+ 81 dias de trabalho por ano;
- c) média das mulheres  
+ 31 dias de trabalho por ano.

Como é fácil deduzir, as tendências muito diferentes que se revelam em relação a homens e mulheres não podem ser ignoradas na formulação de uma estratégia relativa ao emprego na Machamba Estatal.

Dentro da própria força de trabalho sazonal existem grandes variações no que respeita a duração do período de emprego.

Apresentamos os números de trabalhadores e respectiva percentagem, segundo períodos de tempo de trabalho em 1978 (amostragem de Nhagume):

Dias de Trabalho		1-20	21-40	41-60	61-80	81-120	121-180	181-300
Homens	Nº	37	30	25	18	25	14	24
	%	21,4%	17,3%	14,5%	10,4%	14,5%	8,1%	13,9%
Mulheres	Nº	43	36	23	7	3	0	0
	%	38,4%	32,1%	20,5%	6,3%	2,7%	-	-

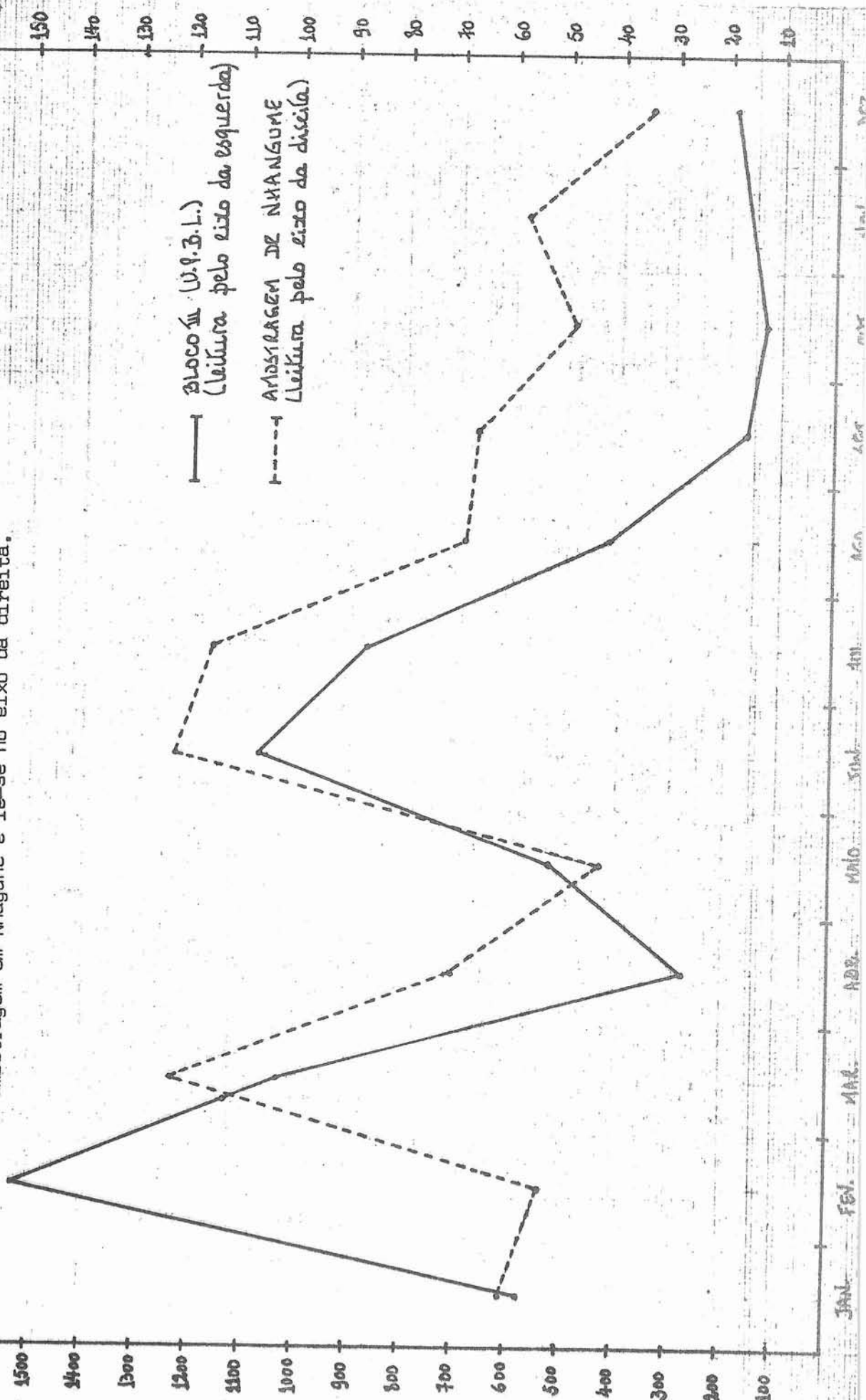
Pode-se verificar neste quadro que perto de 40% dos homens trabalham menos de 40 dias por ano; que mais da metade trabalham menos de 60 dias; e que apenas 20% trabalham mais que 120 dias por ano. É preciso notar que 60 dias de trabalho correspondem a um vencimento anual de 3 contos e que, portanto, a maioria dos trabalhadores ganha menos que esta soma: Dois terços da força de trabalho masculina ganham menos que 4 contos por ano. O padrão de trabalho e de vencimentos da força de trabalho feminina é ainda mais significativo: 70% das trabalhadoras trabalham menos de 40 dias (o que corresponde a 2 contos por ano), enquanto 90% trabalham menos de 60 dias (3 contos

\* Os dados relativos ao Bloco 3 encontram-se no Anexo 3.

\*\* Estes dados foram calculados com base no quadro do Anexo 4.

# GRÁFICO COMPARATIVO DE ABSORÇÃO DE TRABALHADORES SAZONAIS

A linha continua representa os dados do Bloco 3 e lê-se no eixo da esquerda. A linha tracejada representa a informação retirada da amostragem em Nhagune e lê-se no eixo da direita.



por ano). Perto de 39% das mulheres trabalham menos de 20 dias e ganham portanto um vencimento máximo de 1 conto por ano.

Supondo que esta amostra é mais ou menos representativa para a situação geral, podemos tentar tirar algumas conclusões gerais.

Segundo a planificação da UPBL para a campanha 78/79 e de acordo com as metas nela estabelecidas, foi prevista a necessidade de 1.339.655 jornas de trabalho sazonal. Usando como termo de comparação a nossa amostragem de Nhagume, calculamos que, segundo o padrão de emprego por esta revelado, ao número de jornas planificadas corresponderia um total de 21.967 trabalhadores, dos quais 13.334 homens e 8.633 mulheres.

Contando com um salário diário médio de 50000, estes números significariam um vencimento médio anual de 3000000. No entanto, e como mostrámos, dados as grandes variações no período de emprego, os vencimentos mostram variações consideráveis e a maioria dos trabalhadores ganham consideravelmente menos. Na realidade, provavelmente, só por volta de 20% dos trabalhadores masculinos, e nenhuma mulher, tem um vencimento anual médio superior a 500000.

Como se pode concluir deste padrão de utilização de força de trabalho, a UPBL tem capacidade de (1) empregar apenas um pouco mais que a metade da força de trabalho potencial das aldeias comunais e (2) em geral este emprego é só durante períodos do ano extremamente curtos.

### Implicações Políticas

A política de trabalho da UPBL tem mostrado a tendência de continuar e de acentuar um padrão já inerente na produção colonial e caracterizado por:

1. monocultura
2. apoiar-se em mão de obra muito instável e irregular\*
3. uma mecanização relativamente alta

\*... a preservação da grande produção agrícola pressupõe a existência dum proletariado rural perfeitamente desenvolvido e revolucionariamente consciente, que passou por uma grande experiência de organização sindical e política. Onde esta condição ainda não foi preenchida, ou onde este trabalho não pode ser utilmente confiado a trabalhadores industriais conscientes e competentes, tentativas precipitadas de formar grandes empresas agrícolas controladas pelo Estado só podem desacreditar o Poder Proletário. Nestas condições, impõem-se a maior prudência e uma preparação muito séria na formação das empresas agrícolas estatais.

Lénine: Esboço inicial das teses sobre a questão agrária, 1920.

Uma política para uma mão de obra permanente exigiria uma mecanização ainda mais intensiva para poder reduzir as exigências de mão de obra em épocas de maior necessidade, e por conseguinte, reduziria consideravelmente a capacidade de absorção de força de trabalho da machamba estatal. Uma tal política não criaria mais empregos para a força de trabalho das Aldeias Comunsais.

Base  
produtiva  
e  
reserva de  
mão-de-obra

Por outro lado é óbvio que o padrão actual de trabalho sazonal muito instável e irregular não pode ser continuado. No que diz respeito à machamba estatal, é ineficaz e não fornece um emprego estável às populações das Aldeias Comunsais. Além disso é mais importante ainda, não se pode de maneira alguma dizer que um tal padrão de utilização de força de trabalho crie uma base produtiva para uma Aldeia Comunal. Pelo contrário poder-se-ia argumentar que a Aldeia Comunal constitui uma reserva de mão de obra para a Machamba Estatal, mas então uma reserva de mão de obra que fica na sua maior parte inabsorvida em condições de procura limitada e muito irregular de força de trabalho.

Impõem-se algumas soluções inediatas, embora parciais:

1. Afastar-se da política de monoculturas, e em particular a do arroz em espécies não-variadas, cujo padrão de cultura acentua a utilização sazonal da força de trabalho.
2. Uma política de trabalho visando a absorção de mais mão de obra, e não de menos. Tal política implicaria uma revisão da política de expansão contínua da mecanização, que por sua vez leva à expulsão de mão de obra e que só a absorve para algumas operações especializadas durante períodos reduzidos do ano. Uma política aperfeiçoada de absorção de mão de obra tentaria estabilizar até o trabalho sazonal de maneira a garantir um vencimento mínimo mais seguro.

Finalmente, é claro que, mesmo com estas mudanças, a extensão do emprego e o montante do vencimento não podem satisfazer de maneira adequada as necessidades de consumo duma família de camponeses-trabalhadores.

Isto quer dizer que até num futuro próximo a agricultura familiar terá que permanecer uma base indispensável; também para os trabalhadores empregados nas Machambas Estatais.

3. Como se surgere no "Plano", a UPBL deveria dar um apoio activo à agricultura familiar, pondo directamente ao dispôr deste certos recursos (meios de mecanização, sementes, serviços de extensão, etc.). Em particular, deveria desempenhar um papel activo na estimulação da agricultura cooperativa, fornecendo estes mesmos recursos sob condições ainda mais favoráveis, dando deste modo incentivos à agricultura transformada.

No momento presente, qualquer política visando limitar a agricultura familiar -- antes de que a Machamba Estatal ou o sector cooperativo estejam preparados para absorver suficiente mão-de-obra e, portanto, para oferecer uma base produtiva segura ao campesinato -- será desastrosa. Uma tal política de limitação ameaçaria a própria base de subsistência do campesinato e acentuaria por conseguinte antagonismo já existente entre o campesinato e a Machamba Estatal. Por outro lado, se a UPBL desempenhasse um papel activo na assistência e especialmente na transformação da agricultura familiar, nos moldes mencionados no parágrafo anterior, tal facto mobilizaria o campesinato para reconhecer na Machamba Estatal função de sector dinâmico na agricultura.



Anexo 1

Culturas, Áreas, Metas e Rendimentos Físicos nas Campanhas 77/78 e 78/79

cultura	campanha	metas em hectares	hectares semeados	hectares recolhidos	metas em toneladas por hectar	colheita em toneladas por hectar	produção total em toneladas
arroz	77/78	4.500	3.500	2.000	3	1,8	3.600
	78/79	7.000	5.000	5.000	3	2,5	12.500
trigo	77/78	750	350	300	1,5	0,8	240
	78/79	1.000	0	0	1,5	0	0
milho	78/79	1.000	600	300	2	1,5	450
amendoim	78/79	150	110	0	0,7	0	0
algodão	78/79	100	100	100	1	0,5	50

valores previstos

## Inventário do parque de máquinas e custos anuais fixos das máquinas

a	b	c	d	e	f = c x d x e	manutenção e reparação * (15%) g = u, 15 x c x d	juros (6%) h = u, 06 x c x d x 1, 1 x 0, 5	seguros ** (5%) i = u, 05 x c x d	custos fixos anuais j = f + g + h + e
tractor de rodas	Belarus UMZSM	10	244.000\$00	15	366.000\$00	366.000\$00	80.520\$00	122.000\$00	934.520\$00
"	Belarus MTZ-52 super	10	319.000\$00	15	477.500\$00	478.500\$00	105.270\$00	159.500\$00	1.221.770\$00
"	MF 265 ou parecido	57	410.000\$00	15	3.505.500\$00	3.505.500\$00	771.210\$00	1.168.500\$00	8.950.710\$00
Tractor de esteiras	DT 75 M	10	699.000\$00	15	1.048.500\$00	1.048.500\$00	230.670\$00	349.500\$00	2.677.170\$00
auto-combinada	NIVA CKS para trigo	4	1.046.000\$00	15	627.600\$00	627.600\$00	138.072\$00	209.200\$00	1.602.472\$00
"	FORTSCHITT ES12 p.arroz	15	1.327.000\$00	15	2.985.750\$00	2.985.750\$00	656.865\$00	995.250\$00	7.623.615\$00
semi-atrelado	1 eixo	6	113.000\$00	10	67.800\$00	101.700\$00	22.374\$00	-	191.874\$00
ceifeira	MF 32	5	40.000\$00	10	20.000\$00	30.000\$00	6.600\$00	-	56.600\$00
enfardadeira	MF 124	5	337.000\$00	10	168.500\$00	252.750\$00	55.605\$00	-	476.855\$00
Distribuidor de adubo	IPM3-4 ou parecido	5	179.000\$00	10	89.500\$00	134.250\$00	29.535\$00	-	253.285\$00
charrua	PN4-35A	10	52.000\$00	10	52.000\$00	78.000\$00	17.160\$00	-	147.160\$00
"	PN3-35B	10	33.000\$00	10	33.000\$00	49.500\$00	10.650\$00	-	93.350\$00
"	MF206 4 dis.	85	44.000\$00	10	374.000\$00	561.000\$00	123.420\$00	-	1.058.420\$00
grade	BD-10 dupla	10	257.000\$00	10	257.000\$00	385.500\$00	84.810\$00	-	727.310\$00
"	BDN-30	10	59.000\$00	10	59.000\$00	88.500\$00	19.470\$00	-	166.970\$00
"	de 20 discos	79	42.000\$00	10	331.800\$00	497.700\$00	109.494\$00	-	938.994\$00
semeador	MF 315	76	93.000\$00	10	706.800\$00	1.060.200\$00	233.244\$00	-	2.000.244\$00
cultivador	MF 557	5	29.000\$00	10	14.500\$00	21.750\$00	4.785\$00	-	41.035\$00
respigador	MF 25	5	66.000\$00	10	33.000\$00	49.500\$00	10.890\$00	-	93.390\$00
pulverizador manual	LOZA 3	50	2.000\$00	10	10.000\$00	15.000\$00	3.300\$00	-	28.300\$00
bomba acoplada	TUNDOJA 70 N	2	42.000\$00	10	8.400\$00	12.600\$00	2.772\$00	-	23.772\$00
moto bomba	AIFO ou sem	8	212.000\$00	15	254.400\$00	254.400\$00	55.968\$00	-	564.768\$00
motor p/bomba	AIFO ou sem	9	120.000\$00	15	162.000\$00	162.000\$00	35.640\$00	-	359.640\$00
	Totais:				11.653.550\$00	12.766.200\$00	2.808.564\$00	3.003.950\$00	30.232.264\$00

\* excluindo o custo de mão-de-obra (só peças e materiais)

\*\* só calculado do material motorizado de autopropulsão

Anexo 3

## BLOCO III : Número de trabalhadores e salários

	Nº de Trabalhadores	Salários	s/t	dias
Janeiro	577	375.399	650	13
Fevereiro	1524	1.400.660	919	18
Março	1036	628.931	607	12
Abril	273	198.960	728	14
Maio	526	503.510	957	19
Junho	1071	1.322.590	1234	25
Julho	873	738.525	845	17
Agosto	421	333.440	792	16
Setembro	160	197.765	1236	25
Outubro	131	165.295	1265	25
Novembro	-	-	-	-
Dezembro	196	261.975	1336	27
	<u>6788</u>	<u>6.127.050</u>	<u>903</u>	<u>18</u>

ANEXO 4 OCUPAÇÃO DE TRABALHADORES SAZONAIS (Círculo de Nhangueme) UPBL 1978 (amostra)

MESES	TOTAL				HOMENS				MULHERES			
	Nº de trabalhadores	Dias de trabalho	Média por pessoa	Nº de trabalhadores	Dias de trabalho	Média por pessoa	Nº de trabalhadores	Dias de trabalho	Nº de trabalhadores	Dias de trabalho	Média por pessoa	Média por pessoa
Janeiro	61	1.222	20,30	61	1.222	20,30	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	54	1.209	22,33	54	1.209	22,33	-	-	-	-	-	-
Março	123	2.442	19,85	72	1.493	20,73	51	949	51	949	18,60	18,60
Abril	70	1.341	19,15	53	1.041	19,64	17	300	17	300	17,64	17,64
Maio	43	784	18,23	41	750	18,29	2	34	2	34	17,00	17,00
Junho	123	2.141	17,40	60	1.341	22,35	63	800	63	800	12,69	12,69
Julho	105	2.405	22,90	60	1.412	23,53	45	993	45	993	22,06	22,06
Agosto	69	1.377	19,95	56	1.128	20,14	13	249	13	249	19,15	19,15
Setembro	66	1.354	20,51	62	1.287	20,75	4	67	4	67	16,75	16,75
Outubro	49	1.028	20,97	48	1.009	21,02	1	19	1	19	19,00	19,00
Novembro	58	1.264	21,78	57	1.234	21,64	1	30	1	30	30,00	30,00
Dezembro	35	813	23,22	35	813	23,22	-	-	-	-	-	-
TOTALS	856	17.380	20,30*	659	13.939	21,15*	197	3.441	197	3.441	17,46*	17,46*
Média das médias			20,53			21,14					19,21	19,21

\* base - 12 meses

1978 Total de trabalhadores 285; homens 173, mulheres 112

## APENDICE

### UPBL - Bloco 4 (Bananal): Análise da Força de Trabalho

A análise da composição da força de trabalho do Sector Estatal Agrário pode fornecer indicações importantes sobre o grau de integração das empresas na economia regional e sobre a articulação entre agricultura familiar e trabalho assalariado rural.

Em relação à força de trabalho do Bloco 4 da UPBL (Bananal), dispomos de dados baseados num pequeno inquérito a 172 trabalhadores (52% da mão-de-obra total do bloco). Devido às particularidades do processo de produção da banana, o Bloco 4 constitui um caso excepcional, em vários aspectos, dentro do conjunto da UPBL: O bananal, pouco mecanizado, não só ocupa durante todo o ano uma força de trabalho considerável de mais de 300 pessoas, mas é também o único bloco da empresa a ter atingido, até a data, uma situação de rentabilidade económica.

Incluimos este estudo de um caso a fim de demonstrar que um padrão de uso de trabalho diferente corresponde e é ditado pela escolha de uma cultura diferente; isto não deve ter entendido no sentido de defender a escolha da banana em vez do arroz, mas sim no sentido de que é necessário um estudo cuidadoso sobre a diferenciação e combinação de culturas.

### Algumas Informações Básicas sobre o Bananal

O Bloco 4 da UPBL, situado na Localidade política de Zongoéne, ocupa terras "machano" e "bila" na margem direita do rio Limpopo.

No tempo colonial, o bananal era propriedade dum colono que nos anos 1965-70 empregava 400 trabalhadores e produzia diariamente 70 toneladas de bananas, destinadas à exportação para a África do Sul. Os índices de emprego e de produção começaram a declinar já antes da Independência, tendo sido abandonada a plantação em mau estado, no ano de 1975.

A empresa foi provisoriamente mantida em funcionamento por cerca de 100 trabalhadores, até que o Partido colocou, em meados de 1976, o actual responsável do bloco na direcção da unidade. Começou um trabalho de recuperação e de plantação nova, que foi brutalmente interrompido pelas cheias de Fevereiro de 1977, que destruíram quase totalidade do bananal.



Na mesma altura, a empresa foi integrada na UPBL, em formação, e nos últimos dois anos foi-se desenvolvendo um processo de gradual recuperação: replantação de áreas cada vez maiores, readmissão de trabalhadores, reinício da produção.

A área total do Bloco 4, correspondente à antiga propriedade capitalista, é de 365 hectares, dos quais 300 já plantadas e 100 em fase de produção. Até Agosto de 1979, toda a superfície deverá ser coberta de bananeiras, e mais 100 hectares entrarão em produção antes do fim do ano.

Embora se faça a distinção entre trabalhadores permanentes e jornaleiros, todos têm trabalho durante todo o ano. Os jornaleiros, empregados em tarefas de capinagem, arranque e limpeza dos canais, ganham 1.500\$00 mensais. Os permanentes (cortadores, carregadores, tractoristas, pessoal de supervisão e administração) têm salários de 2.000\$00 a 5.500\$00. O trabalho, por tarefa, é organizado em pelotões especializados.

A produção vai aumentando, sendo nos últimos meses comercializado um mínimo de 150 toneladas mensais. A produção deverá rapidamente atingir 15 a 20 toneladas por dia. A meta para 1981 estipula uma produção de 100 toneladas diárias, o que abrirá perspectivas de exportação. A empresa tem planos de expansão além da área da antiga propriedade, a serem realizados a partir de 1980. As previsões de absorção de mão-de-obra, na base do emprego de aproximadamente um trabalhador por hectare, não ultrapassam um número máximo de 400 trabalhadores até ao fim de ano.

#### Composição da Força de Trabalho

O Bloco 4 da UPBL emprega actualmente 329 trabalhadores, que são repartidos da seguinte maneira (os números de trabalhadores abrangidos pelo inquérito são indicados entre parêntesis):

	Homens	Mulheres	TOTAL
permanentes	91 (39)	7 (6)	98 (45)
jornaleiros	215 (124)	16 (3)	231 (127)
TOTAL	306 (163)	23 (9)	329 (172)

No que se segue, vamos primeiro considerar unicamente a força de trabalho masculina.

No que diz respeito à idade dos trabalhadores, verificámos uma distribuição bastante equilibrado pelos grupos etários (em %):

	permanentes	jornaleiros	TOTAL
17 - 24	20,5	25	24
25 - 34	41	34	36
35 - 44	20,5	17	18
45 +	18	24	22
TOTAL	100	100	100

60% dos trabalhadores têm menos de 35 anos, 40% mais de 35 anos de idade. Nota-se uma certa preponderância do grupo de 25 a 34 anos, e um peso relativamente grande dos homens velhos, particularmente no seio dos jornaleiros.

Em relação ao estado civil, apurámos as seguintes proporções de homens casados:

17 - 24:	50
25 - 34:	98
35 - 44:	97
45 +	<u>95</u>
Total	88

Com a excepção do grupo mais novo, praticamente todos os homens são casados.

Quanto à origem dos trabalhadores, verificámos a seguinte distribuição (em %):

localidade política de Zongoene:	51
outras localidades do distrito de Gaza:	22
outros distritos da Província de Gaza:	22
Província de Inhambane:	2,5
sem resposta:	<u>2,5</u>
Total	100

Mais de 95% da mão-de-obra do bloco é natural da Província de Gaza, quase 3/4 do distrito de Gaza, e metade da própria localidade política de Zongoene. A proporção de trabalhadores originários de outros distritos da província vai aumentando paralelamente com a idade: 15% no grupo mais novo, 30% no grupo mais idoso. Os distritos de origem são, em ordem decrescente, Bilene-Macia, Manjacaze e Chibuto.

A preponderância dos homens locais é confirmada pelo padrão de residência (em %):

Bairro da Empresa:	20
Círculo de Sarmene/Ac Voz da Frelimo	18
Loc. pol. de Zongoene, Ac 24 de Julho:	13
" " " " , fora das ACs	9
Loc. pol. de Chiconela, Aldeias Comuns	12
" " " " , fora das ACs:	8
sem resposta	<u>20</u>
Total	100

Se excluirmos os casos sem resposta, 37% dos trabalhadores vivem nas Aldeias Comuns sob controle da UPBL (Voz da Frelimo, mesmo ao lado da empresa, e Aldeias de Chiconela, V. Lénine, ONM, 3 de Fevereiro), 22% vivem fora das Aldeias Comuns e 16% numa Aldeia sob controle da DPA/Serviço Cooperativo (24 de Julho). Os moradores do bairro da Empresa são geralmente originários de outros distritos. No total, identificámos 14% de trabalhadores migrantes, vivendo separados das suas famílias (mulheres e crianças para os chefes de família, pais para os jovens solteiros).

Sobre a experiência de trabalho dos homens, procurámos saber quantos já tinham trabalhado no bananal no tempo do colono (em %):

Idade	permanentes	jornaleiros	TOTAL
17 - 24	25	29	28
25 - 34	38	21	26
35 - 44	75	43	52
45 +	100	53	62
Total	54	35	39

A proporção dos antigos trabalhadores agrícolas na mão-de-obra actual é mais elevada entre os permanentes, e aumenta geralmente com a idade: no grupo de mais de 45 anos, todos os permanentes e mais de metade dos jornaleiros já trabalharam no mesmo local antes da Independência. No entanto, 36% dos permanentes e 77% dos jornaleiros foram (re-)admitidos em 1978 e 1979; apenas uma minoria de 17% têm permanecido sem interrupção na empresa desde a época colonial.

Uma última série de perguntas referiu-se ao padrão da produção agrícola individual ou familiar dos trabalhadores. Verificámos que uma minoria de 11% não tem machamba individual. Entre os restantes 89%, 50% cultivam no vale, 83% na serra. Com charrua lavram 21% (8% têm charrua própria, 13% alugam), 10% têm cabeças de gado e 62% cajueiros. Em comparação com os dados correspondentes da Aldeia Comunal 24 de Julho - Zongoene, parece-nos que os trabalhadores da Empresa Estatal são camponeses ligeiramente mais pobres do que a média da população rural da zona.

Quanto às mulheres entrevistadas em número de 9, a idade média é de 31 anos. Todas, menos uma, são originárias do distrito de Gaza, e mais de metade moram em Samene - Aldeia Comunal Voz da Frelimo. Apenas 3 mulheres são casadas; em 2 casos, o marido trabalha também no bananal, o terceiro é operário no Maputo. As 9 mulheres têm machambas na serra, apenas 2 cultivam também no vale.

Em conclusão, verifica-se que a força de trabalho do Bloco 4 da UPBL se recruta no campesinato local, entre homens de todas as idades, que não se distinguem fundamentalmente do restante da população rural da área (faltam apenas os camponeses mais ricos). Aparentemente, tanto os mais novos como os homens de 25 e 44 anos de idade (dos quais mais de 3/4 são ex-mineiros) aceitam o trabalho na UPBL como alternativa ao trabalho migratório na África do Sul. O problema de transformar o Sector Estatal em base de produção das Aldeias Comunais não se situa portanto ao nível da disponibilidade de força de trabalho mas de capacidade das empresas de absorvê-la produtivamente.

## AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O movimento cooperativo está pouco desenvolvido nas Aldeias Comuns do Baixo Limpopo. No distrito de Gaza, apenas duas de 15 Aldeias (ambas situadas na margem direita do rio) têm Cooperativas de razoáveis dimensões, que no futuro deverão constituir a sua base produtiva principal. Ainda em moldes cooperativos deverão desenvolver-se três Aldeias do distrito de Bilene-Macia, igualmente situadas na margem direita, e a maior parte das Aldeias do distrito de Chibuto. Enquanto as Cooperativas do Vale do Baixo Limpopo surgiram a partir do aproveitamento de machambas abandonadas, a cooperativa Liberdade de Marrangó tem as suas origens numa cooperativa do tempo colonial. Em todas as Aldeias, apenas uma pequena minoria das famílias participa voluntariamente na produção colectiva.

### Problemas Gerais do Movimento Cooperativo no Baixo Limpopo

Acerca da situação actual do movimento cooperativo nas Aldeias Comuns do Baixo Limpopo, os documentos que compõem o "Plano do Limpopo" constata os seguintes problemas:

- grande parte das famílias não participa em qualquer forma de produção colectiva;
- verificam-se conflitos entre diversas formas de produção nomeadamente entre cooperativas e machambas familiares, ainda consideradas prioritárias pelos camponeses;
- nas cooperativas existentes, a participação dos membros é fraca, as áreas cultivadas são pequenas e a produtividade é baixa;
- não existem normas de organização do trabalho nem de disciplina interna das cooperativas.

Em resposta a estes e outros problemas encontrados, o "Plano" tenta organizar, principalmente através da redistribuição da terra, a base produtiva das Aldeias Comuns, à luz das orientações da VIII Sessão do Comité Central da FRELIMO (resolução sobre Aldeias Comuns). Partindo do princípio de que todos os aldeões são obrigados a participar activamente na produção colectiva, o "Plano" prevê a definição e organização, em cada Aldeia Comunal, dos locais para produção colectiva quer através da Machamba Estatal (Aldeias passando para o controle da UPBL)



quer através da cooperativa (Aldeias ficando sob o controle do sector Cooperativo da DPA).

No entanto, deverão existir cooperativas agrícolas nas duas categorias de Aldeias Comunais, embora com dimensões e finalidades diferentes:

a) Nas Aldeias Comunais sob o controle da UPBL, onde a forma dominante de produção colectiva e a principal base económica das famílias será o trabalho na empresa estatal, seriam organizadas pequenas cooperativas agrícolas. Formadas pelos camponeses individuais, essas cooperativas destinam-se, essencialmente, a assegurar o desenvolvimento social das respectivas aldeias.

b) Nas Aldeias Comunais sob o controle do Sector Cooperativo da DPA, todas as famílias deverão trabalhar nas cooperativas, que serão de grandes dimensões (1000 - 3000 hectares, na base de 1 ha por família) e constituirão a forma de produção dominante daquelas aldeias. As cooperativas deverão dispôr dum fundo de charruas e bois, utilizando os meios de produção individuais dos sócios ou comprando-os aos camponeses mais ricos.

Cooperativa e machamba familiar são definidas como sendo complementares: "deve-se distribuir por cada família uma machamba que apoiará a cooperativa", e "cada família da Aldeia Comunal trabalha na Machamba da cooperativa para satisfazer as necessidades que a machamba familiar não consegue suportar". No entanto, fica incerto o balanço entre a função da cooperativa de servir como fonte de rendimento monetário individual e o seu papel como instrumento de acumulação social.

Em seguida, vamos apresentar alguns dados básicos sobre as cooperativas estudadas, identificar certas tendências comuns com respeito à composição da força de trabalho e aos resultados económicos, e finalmente tentar definir os principais problemas das cooperativas na fase actual, antes de reexaminar as propostas do "Plano do Limpopo" à luz da realidade analisada.

#### Dados básicos sobre as cooperativas estudadas

O quadro seguinte dá uma informação mínima sobre as cooperativas agrícolas encontradas pelas brigadas nas Aldeias Comunais do Baixo Limpopo e na área de Marrangó:

Cooperativa	Localização	Origem	Nº de socios	% de mulheres
24 de Julho	Zongoene	machamba aband.	74	80
OUA	Nhancutse	agric. fam.	70	79
Libertade	Marrangó	coop. colonial	toda a população	
Maguiguane	"	agric. fam.	171	54
Maleni	"	Mach, de colono	171	64



A cooperativa 24 de Julho deverá constituir a base produtiva da Aldeia Comunal, que ficará sob o controle do Sector Cooperativo da DPA, assim como as cooperativas Liberdade e Maguiguane, embora as respectivas aldeias sejam localizadas longe do vale.

A Aldeia Comunal OUA deverá depender da UPBL; o principal objectivo da cooperativa agrícola será portanto o de assegurar o desenvolvimento social da aldeia. Os membros da cooperativa Maleni ainda não estão organizados numa Aldeia Comunal.

As cooperativas estudadas tiveram processos de formação muito diversos: 24 de Julho e Maleni têm a sua origem em antigas machambas de colonos, Liberdade foi criada por membros duma cooperativa colonial, Maguiguane e OUA nasceram pela mobilização de camponeses individuais (1). Com a excepção de Maleni, especializada no cultivo de bananas, as cooperativas têm um padrão de produção muito semelhante, cultivando principalmente arroz, milho, cebola, alho e tomate.

#### Composição da força de trabalho

Com a excepção da cooperativa Liberdade, onde a partir de 1977, o trabalho passou a ser obrigatório para todos os habitantes da Aldeia Comunal, a composição da força de trabalho engajada na produção colectiva acusa uma série de características comuns:

1. Apenas uma proporção muito reduzida dos aldeões está organizada nas cooperativas agrícolas: cerca de 10% das famílias no caso de 24 de Julho e 7% no caso de OUA têm um (ou, excepcionalmente, dois) membros cooperativistas.
2. A grande maioria dos cooperativistas é constituída por mulheres, que representam entre 54 e 80% dos efectivos das cooperativas estudadas. Uma parte considerável das mulheres cooperativistas são viúvas: 40% na cooperativa 24 de Julho, 38% na OUA.
3. A idade média dos cooperativistas, tanto das mulheres como dos homens, é elevada: numa amostragem de 49 membros da Cooperativa 24 de Julho, 22% têm de 20 a 40 anos, 70% de 41 a 60 e 8% mais de 60 anos.
4. Uma proporção importante dos cooperativistas é constituída por camponeses mais ricos do que a média dos aldeões. Assim, numa amostragem de 213 famílias da Aldeia Comunal 24 de Julho, as famílias com membros na cooperativa agrícola constituem 21% do total das famílias entrevistadas, mas 41% das famílias possuindo mais de 1 hectare no vale, 52% das famílias com charrua própria e 50% das famílias que têm cabeças de gado. A cooperativa Liberdade foi iniciada por membros da cooperati-

---

(1) Para mais pormenores sobre origem, evolução e funcionamento das três cooperativas da área de Marrangó ver Anexo a esta secção.

va colonial de algodão, os quais tinham recebido na altura charruas e juntas de bois individuais. Em Maguiguane também, são os camponeses mais ricos que primeiro se engajaram na produção colectiva.

Esta composição revela duas tendências: por um lado, são os velhos e mulheres sozinhas, que, isoladamente, têm dificuldades em manter um nível de produção suficiente, que se organizam nas cooperativas; por outro lado, são os camponeses relativamente ricos que, dispondo de meios de produção e mão-de-obra não - familiar, conseguem mais facilmente libertar-se do trabalho na machamba familiar.

Geralmente são representantes desta camada social que formam o grupo dirigente das cooperativas.

No outro extremo da escala a fracção mais pobre do campesinato, necessitando um certo rendimento monetário imediato, não se pode engajar na produção colectiva, onde no início da campanha não se sabe se e quando algum dinheiro será distribuído. Por esta razão, este grupo tenta empregar-se como força de trabalho ocasional nas machambas dos camponeses mais ricos.

#### Resultados económicos

Na última campanha agrícola (1977/78), as cooperativas estudadas obtiveram os seguintes resultados (importâncias em 000\$00) (1):

Cooperativa	Rendimento bruto	Despesas em aluguer de máquinas e sementes		empréstimo do BPD	Débito BPD/DPA
		efectuadas	pagas		
24 de Julho	126,5	290,7	202,4	283,1	371,4
Liberdade	116,3	187,7	40,2	102	249,5
Maguiguane	90,6	274,9	50	40	264,9

Destes dados verifica-se que as dívidas contraídas pelas cooperativas com a DPA, no aluguer de máquinas e na aquisição de sementes, são muito superiores aos rendimentos brutos obtidos pela venda da produção agrícola.

Apesar de se ter recolhido na Cooperativa 24 de Julho a informação de que, por norma o empréstimo do BPD se destinava a pagar as dívidas contraídas com o Parque de máquinas da DPA e com a DINECA, na compra de sementes, verifica-se uma diferença entre os pagamentos efectuados à DPA e o montante do financiamento de que beneficiaram as cooperativas. Pode-se, aqui aventar a hipótese de que a diferença tenha sido utilizada em "avancos", sem que se possa confirmar esta hipótese pela informação recolhida na DPA e na própria cooperativa.

(1) Dados extraídos de um relatório do BPD - Ministério de Agricultura, datado de 12.3.79.

Para tentar encontrar uma tendência geral, além da situação económica particular das cooperativas estudadas, julga-se pertinente incluir aqui alguns dados referentes a toda a Província de Gaza, no que se refere aos custos de produção e rendimentos brutos obtidos nas cooperativas.

Comparação dos gastos em aluguer de máquinas e aquisição de sementes com os rendimentos brutos das cooperativas de Gaza (importâncias em 000\$00):

Distrito	1 Rendimentos	2 Despesas	% 2 por 1
Gaza	3.513	4.457,5	126,8
Limpopo	30.344,6	58.970,8	194,3
Chibuto	1.861,1	3.225,8	173,3
Bilene	805,1	2.146,8	266,6
Manjacaze	206,9	462,6	223,5
Massingir	279,9	217,2	77,6
Guijá	151,3	237,7	157,1
TOTAL	37.161,9	69.718,4	187

O único distrito em que os custos dos factores de produção utilizados pelas cooperativas não excedem os rendimentos brutos é o distrito de Massingir, que também é o único onde as cooperativas não foram financiadas pelo BPD. Note-se, porém, que o saldo daquelas cooperativas também é negativo uma vez que elas não pagaram as dívidas contraídas com a DPA (máquinas e sementes).

Dos dados aqui apresentados pode concluir-se que as cooperativas, na fase presente e com a organização e planificação existentes, não são economicamente viáveis, uma vez que a produtividade é baixa enquanto os custos de produção são extremamente elevados. Apenas os encargos de máquinas e sementes são muito superiores aos rendimentos obtidos. Assim, é só acumulando dívidas na Banco e na DPA que as cooperativas conseguem remunerar minimamente, a força de trabalho investidas na produção colectiva.

#### Principais problemas das cooperativas

Como explicar o fracasso económico sofrido durante os três primeiros anos da sua existência pelas cooperativas agrícolas do Baixo Limpopo? Parece-nos que as causas de baixa produtividade, aliada a elevados custos de produção, podem-se resumir em três factores principais:

##### —Concorrência entre agricultura familiar e produção colectiva

Acerca do tempo de trabalho do camponês: Nos dois sectores são cultivadas as mesmas culturas básicas (arroz e milho), que têm, portanto as mesmas exigências de trabalho e as mesmas épocas de intensidade máxima da actividade agrícola (sacha e colheita). É precisamente nestes momentos-chave do ciclo agrícola que se regista uma participação mais fraca na

produção colectiva, dado que os camponeses trabalham prioritariamente na agricultura familiar, base essencial da sua reprodução. O exemplo da ocupação da força de trabalho na Cooperativa 24 de Julho, em Março e Abril de 1979, pode servir de ilustração desta tendência:

Mês	Total de jornas possíveis (1)	Presenças	%
Março	1.242	911	73%
Abril	1.002	517	52%

No mês de Março, as exigências de trabalho eram menores do que no mês de Abril, quando se procedeu à segunda sementeira de milho. No entanto, os camponeses, ocupados na machamba familiar, participaram menos na cooperativa. É claro que a concorrência entre as duas formas de produção e a prioridade atribuída à agricultura familiar resulta em pequenas áreas cultivadas colectivamente.

#### —Problemas de organização interna:

A organização de trabalho em vigor nas cooperativas é pouco eficiente. A produção colectiva exige formas de cooperação complexa, coordenação entre diferentes tarefas, e execução das operações agrícolas no momento certo. Presupõe, portanto, uma capacidade de organização que o camponês não possui a priori; a partir da experiência da produção familiar e do trabalho migratório. Nas cooperativas estudadas marcam-se as presenças e controla-se eventualmente o tempo de trabalho (três a quatro horas diárias), mas não existem normas definindo a produtividade nem qualquer tipo de controle da qualidade do trabalho realizado. A eficiência e a produtividade do trabalho investido são reduzidas, não sendo realizadas as vantagens potenciais decorrendo da combinação da força de trabalho e da divisão das tarefas.

#### —Deficiente apoio do Estado

As cooperativas dependem dos tractores alugados ao parque de máquinas da DPA, em Xai-Xai. Os cooperativistas apontam o problema da não-disponibilidade e má utilização da maquinaria como explicação fundamental dos insucessos da produção colectiva. Por outro lado, os tractores não chegam às cooperativas dentro dos prazos próprios para as operações agrícolas a que se destinam.

Em consequência, as cooperativas não conseguem realizar integralmente os planos de campanha e, muitas vezes, as sementeiras fazem-se fora da época, o que dá origem a produções muito baixas.

Além disso, a qualidade do trabalho das máquinas nem sempre é satisfatória. Não existe qualquer controle sobre a utilização da maquinaria, e muitas horas de tractor são gastas de forma improdutiva, a custo das cooperativas, pelos tractoristas da DPA.

---

(1) Nº de cooperativistas multiplicado pelos dias de trabalho (quatro dias por semana)

Já vimos como os custos de aluguer de máquinas são excessivamente elevados (chegando, no caso da Cooperativa 24 de Julho, a 80% das despesas totais e ultrapassando as receitas da venda da produção) x (1). O problema dos tractores constitui apenas o exemplo mais evidente duma dependência em relação ao Aparelho de Estado que se faz sentir noutros domínios (distribuição de sementes, escoamento da produção, acesso ao crédito bancário). As deficiências do apoio estatal contribuem para manter as condições de baixa produtividade, custos elevados e ausência de rentabilidade.

Em que medida as propostas do "Plano do Limpopo" para a reorganização das cooperativas agrícolas podem constituir uma resposta adequada aos problemas indentificados? As medidas previstas indicam ou não caminho para sair do círculo vicioso de fraca participação, deficiente organização interna e deficiente apoio externo, que condiciona o insucesso económico das cooperativas? Vejamos alguns aspectos postos pelo "Plano" referentes à produção cooperativa, os quais segundo o nosso estudo, são passíveis de discussão, tendo em visto a sua aplicabilidade.



Propostas do "Plano"

A limitação das áreas de cultivo destinadas à agricultura familiar e a obrigatoriedade do trabalho nas cooperativas deverão pôr fim à falta de participação dos aldeões na produção colectiva.

Comentários

Parece-nos pouco provável que a participação obrigatória de toda a população possa resolver os problemas de baixa produtividade, tanto mais que fica aberta a questão fundamental da finalidade da produção colectiva: acumulação social ou rendimento individual. Ao nível local verifica-se neste contexto uma certa confusão e incerteza. O que é claro é que a mobilização inicial do tipo "vamos trabalhar em conjunto para termos mais produção" foi percebida pelos camponeses como perspectiva de obter um rendimento individual em dinheiro ou em produtos. Entretanto, perante os fracos resultados económicos das cooperativas, critica-se agora o "espírito de querer receber um salário" "dos sócios", e tenta-se contrariar o fenómeno de desmobilização e abandono pela obrigatoriedade da participação na produção colectiva sem que no entanto seja resolvido o problema da remuneração.

Este problema parece-nos especialmente sério nas Aldeias sob o controle da UPBL onde são os produtores que não dispõem dum rendimento salarial regular, que devem suportar a acumulação social da Aldeia, sem que o trabalho colectivo lhes proporcione um rendimento individual.

As grandes dimensões previstas para as cooperativas deverão torná-las a base produtiva das Aldeias Comuns sob o controle do sector cooperativo da DPA.

A DPA actualmente já enfrenta dificuldades para organizar e apoiar as cooperativas existentes de dimensões limitadas. As próprias dimensões das cooperativas projectadas arriscam aumentar nesta altura as dificuldades de organização mais eficaz e racional do trabalho.

A implementação da tracção animal nas cooperativas deverá minimizar o problema de dependência em relação ao apoio Estatal.

Verificamos que o campesinato da área enfrenta uma crise séria, com respeito à reprodução do estoque existente de charruas e bois de lavoura. Nesta situação, pode-se dificilmente esperar que os camponeses forneçam às cooperativas, ainda pouca consolidadas, os meios de produção individuais que assegurem a sua subsistência. Para as cooperativas começarem a acumular um fundo próprio de charruas e bois uma ajuda inicial do Estado parece indispensável.

## APENDICE:

### Estudo de Alguns Casos: Três Cooperativas da Área de Marrangó

O seguinte estudo de três cooperativas agrícolas do Distrito de Manjaca-ze, realizado pela brigada de Marrangó, propõe-se concretizar e ilustrar certos pontos abordados na análise geral que precede. Assim, são descritos diversos origens e processos de formação condicionando a composição e evolução das respectivas cooperativas. A partir da análise dos processos de mobilização e das suas dificuldades, verifica-se a necessidade central de definir claramente os objectivos da produção colectiva, de acordo com os interesses dos camponeses.

### As Cooperativas Agrícolas da Área

Tivemos oportunidade, embora superficialmente, de examinar três casos de natureza diferente, quer na sua origem, quer nas formas de mobilização:

- a) A cooperativa agrícola da Aldeia Comunal Liberdade, caracterizada pela influência do modelo "colonial", e pelo facto de ser obrigatório o trabalho (1);
- b) A cooperativa agrícola do Bairro de Maguiguane, em que o trabalho é voluntário (2);
- c) A cooperativa agrícola de Maleni, onde ainda não há Aldeia Comunal, e cujas culturas são diferentes das praticadas nas machambas familiares.

- 
- (1) A cooperativa de consumo também foi empregue como elemento "mobilizador": quem não estivesse a viver dentro da aldeia não pode ingressar nela até Janeiro de 1979.
  - (2) No bairro de Maguiguane existem 59 talhões, onde vivem 92 adultos e 108 crianças; ainda não estão estabelecidas no bairro 67 famílias que irão aumentar a população em 135 adultos e 134 crianças.

Nestes três casos, a direcção das cooperativas é constituída por um modelo proposto pelas autoridades, e que foi bem aceite pelo campo-  
neses:

- a) Direcção, constituída por: presidente, secretário, tesoureiro e responsáveis pelas brigadas;
- b) Comissão de Controle;
- c) Conselhos de Produção.

Nenhuma cooperativa tem contabilidade organizada. Na cooperativa "Liberdade", há já um contabilista, mas chegou muito recentemente, não tendo ainda tido tempo para pôr o trabalho em ordem.

### A Cooperativa Liberdade

Entre 1962 e 1965, funcionou nesta zona uma cooperativa de produção agrícola (algodão), cuja criação foi incentivada pelas autoridades coloniais, através do então existente Instituto do Algodão.

Esta iniciativa constituiu uma alternativa à cultura forçada do arroz (que funcionara ainda entre 1956 e 1958) e do algodão (que existira desde 1958 até à formação desta cooperativa).

O terreno em que foi feito o parcelamento desta cooperativa foi o mesmo em que está hoje estabelecida a actual cooperativa agrícola da Aldeia Comunal.

A terra foi dividida em lotes de 1 ha, e cada um dos membros devia cultivar pelo menos um lote (de algodão ou arroz). Era distribuído a cada camponês uma charrua com a junta de bois, que ficaram na sua posse após a dissolução da cooperativa.

Cada camponês contribuía com 100\$00 que se destinariam à compra de instrumentos de trabalho; a contribuição era feita anualmente e a partir do produto da venda da colheita de algodão. Segundo um dos nossos informadores - essa cooperativa chegou a produzir 17.000 toneladas de algodão, na campanha de 1963/64.

Esta cooperativa tinha perto de duzentos membros; 20 deles que permaneceram na região, estão na origem da formação da cooperativa da Aldeia Comunal Liberdade. (1)

---

(1) Esta cooperativa agrícola, formada pelos 20 camponeses atrás referidos, esteve na base da mobilização dos primeiros populares que aderiram à ideia da formação de uma Aldeia Comunal.

Curioso é notar que o núcleo inicial pretendeu inicialmente construir uma aldeia "comunal" para seu usufruto exclusivo, perto das terras da cooperativa.



Esta formou-se em 17 de Maio de 1975 com 23 membros, (entre os quais os 20 antigos agricultores); a contribuição inicial foi de 100\$00 por família, que se destinavam à aquisição de um tractor. O administrador de Manjacaze estimulou a formação desta cooperativa e deu algumas orientações no sentido de não limitarem a entrada de novos sócios que não tivessem posses para pagar a quota inicial, sugerindo que a contribuição se fizesse em trabalho.

O objectivo que presidiu à constituição da cooperativa era claramente a acumulação individual, apesar de tal não ter sido dito pelas autoridades de Manjacaze, mas é evidente que sem um amplo esclarecimento não se poderia alterar a concepção de cooperativa herdada do tempo colonial.

Em 1975 a cooperativa plantou 1 ha de milho, à enxada "para ver como funcionava uma cooperativa"; também se semeou algum amendoim, que não deu.

Ainda na campanha 1975/76, a cooperativa cultivou arroz, trabalhando 40 ha que pouco deram, por falta de água. Este desastre provocou uma grave desmobilização, que teve reflexos na campanha do ano seguinte. Em 1977 o trabalho na cooperativa estendeu-se a toda a aldeia, com carácter obrigatório.

A partir daqui começou-se a discutir o problema da distribuição, tendo-se verificado o choque entre duas concepções: acumulação social ou remuneração individual.(1)

Em 1976, plantaram-se 20 ha de arroz e a colheita foi má porque voltou a ser um mau ano de chuvas, e a monda não se realizou convenientemente.

Em 1977/78, o plano atribuiu 20 ha para arroz, dos quais só 10 se cumpriram. Produziram-se cerca de 50 sacos para semente guardaram-se 25. A venda do restante rendeu 36.000\$00. Plantaram-se também neste mesmo ano, cebola e milho, que renderam, respectivamente, 19.000\$00 e 10.000\$00.

No ano de 1978/79, a cooperativa recebeu um empréstimo de 90.000\$00, quase totalmente gasto no pagamento do aluguer dos tractores que prepararam a terra. Plantaram-se 50 ha de milho, 10 ha de arroz, e 1/4 ha de cebola.

Segundo o contabilista da aldeia, a cooperativa não tem dívidas, possuindo um saldo bancário de cerca de 76.000\$00.

---

(1) "Para que as pessoas venham trabalhar na cooperativa é necessário que haja redistribuição do produto. A redistribuição vai ser difícil de fazer, porque o produto é pequeno, mas tem que se fazer. Nessa redistribuição, nós, os responsáveis, devemos receber mais, porque trabalhamos mais e porque mobilizar a população é um trabalho difícil. Os restantes participantes devem também receber, porque caso contrário deixarão de vir trabalhar, e, então, será o fim da cooperativa". Palavras de um responsável da cooperativa.

Desde 1976 que se mantinha a distribuição do produto. A data da nossa chegada à aldeia, só tinha feito a distribuição do produto relativo à campanha de 1975 (cerca de 4 latas de milho por família, variando consoante o número de horas de trabalho na cooperativa).

Finalmente, vieram responsáveis do Xai-Xai que fizeram a distribuição de parte do produto dos anos anteriores; o critério da distribuição foram os dias de trabalho de cada cooperativista, tendo calhado a cada um entre 100\$00 e 300\$00. Nessa ocasião foi claramente afirmado que "se tratava da última distribuição".

#### Organização do trabalho

Rara efeitos de trabalho na cooperativa a aldeia foi dividida em três zonas, trabalhando por turnos: cada dia uma zona trabalhava na machamba. Esta decisão foi tomada pela direcção da cooperativa, pois tornava-se cada vez mais difícil a mobilização para o trabalho: "o povo chegava à machamba da cooperativa muito tarde, trabalhava um bocado e parava, dizendo que fazia muito calor".

Cada uma das brigadas tem um responsável que faz parte da direcção da cooperativa. Existe outro responsável que indica aos que chegam atrasados o que devem fazer, e que controla se trabalham o mesmo tempo que os outros cooperativistas.

#### Mobilização

A cooperativa cresceu de 23 sócios para 176 entre Maio de 1975 e Fevereiro de 1976; a base de mobilização era a distribuição.

Em Fevereiro de 1976 o trabalho na cooperativa tornou-se obrigatório, e foi-se tornando claro que se destinava à acumulação social.

A divisão da aldeia em zonas (1) não resolveu o problema da mobilização; está-se a pensar, actualmente, na constituição de unidades de dez famílias com três responsáveis para o controlo das presenças no trabalho da cooperativa, na alfabetização e nas reuniões gerais.

---

(1) A Aldeia Comunal "Liberdade" (Marrangoé) é constituída por três bairros: números 1 e 2, e o bairro de Maguiguane (que dista 16 km do centro). O bairro nº 1 está dividido em duas zonas, e o bairro nº 2 constitui uma terceira zona.

A zona A tem 67 talhões, cada um dos quais corresponde a uma família, e nela vivem 141 adultos. A zona B possui 75 talhões, e aí vivem 155 adultos. A zona C possui 50 talhões, onde vivem 100 adultos.

O total da população é de 886 pessoas, dos quais 490 são crianças e 396 adultos.

### A Cooperativa de "Maguiguane"

O bairro de Maguiguane foi constituído a partir da cooperativa agrícola do mesmo nome, e tem fortes tendências separatistas em relação à Aldeia Comunal Liberdade.

Esta cooperativa agrícola não teve, na sua formação, tanta influência da anterior cooperativa colonial. Está organizada em moldes mais democráticos, permanecendo muito vivos o espírito crítico e a iniciativa dos seus membros. A sua formação foi feita em torno de 72 camponeses, antigos agricultores, e este número alargou-se para 171.

Em 1975/76 a cooperativa plantou arroz e colheram-se 26 sacos que foram divididos em três partes iguais: uma para venda (aos próprios cooperativistas), outra para divisão (por dia de trabalho), e uma última para semente.

Em 1976/77 plantou-se, também, apenas arroz. Colheram-se 185 sacos e 4 latas; venderam-se 45 sacos, 36 foram guardados para sementes e os restantes foram distribuídos por estruturas do Distrito que foram chamadas à aldeia para esse efeito. Calhou a cada sócio cerca de 2,5 kg de arroz por dia de trabalho.

Em 1977/78, plantaram arroz, tomate, milho, cebolas, alho e feijão. Colheram 112 sacos de arroz (venderam 89 e guardaram 23 para semente). A colheita desse ano rendeu 96.450\$50. Ainda não houve distribuição. As terras da cooperativa estendem-se por cerca de 96 ha em terrenos de tipo "bila".

### —Organização e Mobilização

A cooperativa está organizada em duas brigadas que enquadram os trabalhadores. A mobilização foi feita através dos sucessos da produção, e a cooperativa atingiu os 171 sócios em 1979.

Na organização do trabalho, existe uma grande flexibilidade, que não prejudica o controle, no que diz respeito à participação dos sócios no trabalho da cooperativa: quando um elemento de uma brigada não pode ir ao trabalho no dia da sua brigada, vai no dia seguinte trabalhar com outra brigada.

### A Cooperativa de Maleni (Unidade)

Muito diferente das duas cooperativas anteriores, a Cooperativa de Maleni surgiu em 1977 nas terras ocupadas, anteriormente, pelo único colono da região.

Os trabalhadores desta cooperativa não têm apoio estatal; foi constituída por sete membros que se dedicaram, durante a campanha de 1976/77, ao cultivo de 1 ha de arroz; pouco antes do fim da campanha juntou-se-lhes um outro sócio. Em fim de 1977 havia 24 membros, que começaram a desbravar terras para o cultivo de bananas. Actualmente a cooperativa tem 171 membros, 62 homens e 109 mulheres.

É difícil calcular a área total que ocupa a cooperativa, que está assente em terreno de tipo "machongo".

#### ---Organização e mobilização

Apesar das dificuldades que apresenta o trabalho num terreno daquele tipo, quando é feito sem botas, sem luvas e sem equipamento apropriado, pudemos verificar que as formas originais de organização e mobilização conseguiram superar estas condições.

As machambas individuais situam-se no próprio terreno da cooperativa, por entre as bananeiras. Quando um novo membro deseja ingressar, todos os sócios juntam-se e desbravam meio ha que se lhe destina, reservando o 1/2 ha imediatamente contíguo para o cônjuge.

As culturas são muitas vezes submetidas a experiências para avaliar a sua rentabilidade.

Dado o escasso tempo que reservámos para o estudo desta cooperativa, não foi possível recolher dados relativos à produção. (1)

- (1) A experiência de Laneni é, de facto, uma experiência original, e é infeliz que não tivemos possibilidade de fazer uma observação mais demarcada e pormenorizada. No entanto, é de realçar o espírito de planificação que preside ao desenvolvimento de toda esta experiência, no que pudemos observar, os cooperativistas têm uma ideia clara da localização e organização de uma futura Aldeia Comunal, aproveitando todos os materiais que possam ser úteis para as futuras edificações, quando desmatam novos terrenos.

O antigo proprietário dos terrenos onde funciona a cooperativa era um tal Viegas, conhecido por Mubalwa ("o homem que usa o Xibalo"), precisamente porque era o capataz da construção da estrada que liga Manjacaze a Chidenguele, e, portanto, o responsável pelos trabalhadores forçados.

### Conclusões

Com base nas observações feitas podemos concluir que os principais problemas das cooperativas da área de Marrangó são os seguintes:

- a) Existem contradições entre os projectos iniciais dos cooperativistas e o cumprimento das orientações que vêm nas cooperativas um instrumento para o processo de acumulação social. Estas contradições agudizam-se na cooperativa em que a direcção é composta por camponeses "ricos", pois estes são incapazes de mobilizar as populações para o cumprimento de tarefas que não coincidem, exactamente com os seus interesses; a curto prazo adoptam formas repressivas de mobilização.
- b) Sem uma clara equação contabilística da cooperativa não é possível mobilizar os camponeses, pois não há uma visão clara da situação económica e não é possível discutir as soluções a adoptar para o saneamento da mesma. Ora, nos três casos que estudamos, ninguém nos pôde informar acerca da situação económica das cooperativas, não existindo documentos de espécie alguma, em dois dos casos.
- c) As estruturas directivas propostas pelo Distrito respondem, em nossa opinião, às necessidades organizativas das cooperativas, desde que haja um contabilista e que a comissão de controle defina claramente as tarefas de que é encarregada.
- d) O problema do transporte e da comercialização constituem quanto a nós, o problema principal a resolver.



## ALDEIAS COMUNAIS

Esta secção do Relatório consiste no estudo de três Aldeias Comuns:

24 de Julho, Zongoene  
Salvador Allende, Chilaulene  
OUA, Nhancutse

O objectivo principal da investigação é a base produtiva destas Aldeias Comuns.

Apesar das transformações dos últimos anos e nomeadamente do surgimento de formas colectivas de produção, a agricultura familiar continua a constituir nas Aldeias Comuns do Baixo Limpopo a actividade dominante, que ocupa a maior parte da força de trabalho e cuja produção assegura em larga escala a sobrevivência da população rural. A quase totalidade das famílias, embora dependentes do trabalho assalariado e de outras fontes de rendimento monetário, encontram na machamba familiar uma base essencial de reprodução.

O carácter da agricultura familiar no Baixo Limpopo depende em grande medida do tipo de terra cultivada, que varia em função do acesso à água, quer com a fertilidade (composição) do solo. As aldeias estão implantadas na "serra", dunas arenosas cobertas de mato onde se encontram pequenas machambas familiares muito vulneráveis à seca. As terras baixas do vale (bilo) incluem zonas de solos ricos, húmidos e facilmente cultiváveis (Machongo), terras com regadio, faixas de terra com um elevado grau de salinidade (na ausência de drenagem adequada) e grandes extensões de terra sem regadio que podem produzir bem quando cultivadas com charrua e existindo boa chuva. Em cada uma das aldeias estudadas a relação entre estes diversos tipos de terra era diferente e portanto também diferente a situação da agricultura familiar.

As famílias aproveitam tanto as diferentes terras do vale como as terras altas e arenosas da serra. O nível de produção da família camponesa depende não só da área cultivada mas também do tipo de solo. A terra mais fértil e mais fácil de cultivar no Vale, por exemplo, é o machongo. As principais culturas são o arroz e o

milho no Vale; mandioca, milho e feijão na serra.

Além da força de trabalho humana, e da qualidade e quantidade da terra de que dispõe uma família, é a utilização de certos instrumentos de trabalho que determina fundamentalmente o seu nível de produção. Enquanto os solos arenosos da serra podem facilmente ser trabalhados por meio de enxada e da catana, a utilização da charrua a tracção animal ou tractor condiciona em grande medida a capacidade de cultivo no Vale.

Actualmente,  
/apenas uma minoria de camponeses comercializa excedentes agrícolas, certas culturas de rendimento como o algodão e o trigo quase desapareceram, enquanto o arroz, uma das principais culturas de mercado da área, tem sido destinado nos últimos anos somente para o auto-consumo da maioria dos produtores.

Cada um destes estudos sobre uma Aldeia Comunal ilustra o facto de que a actual crise na agricultura familiar pode impedir o desenvolvimento geral da agricultura na região e, portanto, também o ritmo de transformação no sentido das formas colectivas de agricultura.

### Aldeia Comunal 24 de Julho (Zongoene)

Na área da actual localidade política de Zongoene, que cobre 231 km<sup>2</sup> entre o rio Lumane, o rio Limpopo, o Oceano Índico e o limite do Distrito de Bilene-Macia, a implantação de agricultores colonos começou a partir de 1918. Nas últimas décadas do regime colonial existiam três grandes propriedades:

- Sociedade Agro-Pecuária do Lumane (hoje UPBL/Bloco 7 - Pecuária);
- Vasco L. Teixeira (hoje UPBL/Bloco 4 - Bananal);
- António M. Oliveiras (hoje Cooperativa 24 de Julho).

Os colonos costumavam importar parte da mão-de-obra de outros distritos (chibalo e "voluntário") e recrutar outra parte localmente (camponeses vivendo nas terras expropriadas, menores e mulheres).

### Da Exploração Colonial à formação das Aldeias Comuns

O que mais profundamente afectou a agricultura familiar da zona foi o parcelamento das terras férteis de machongo e a sua redistribuição pelos camponeses do vale. Esta iniciativa do Estado colonial, empreendida a partir de 1936, visava extrair excedentes do campesinato local. Entre 1936 e 1959, a empresa Paulino Santos Gil organizou a cultura obrigatória do arroz (obrigatória para quem pretendia cultivar no machongo). Durante os anos '60, o Instituto de Cereais promoveu a produção do trigo, tanto no machongo como nas outras terras junto ao rio. Depois do arroz, o trigo veio a constituir a segunda cultura de rendimento praticada pelos camponeses de Zongoene. É de salientar que o aproveitamento em grande escala das terras do vale para culturas comerciais foi possibilitado pela introdução de charruas, a partir de 1930, por parte de trabalhadores migrantes que trouxeram aqueles instrumentos de trabalho do Transvaal.

Foi no contexto da crise da economia colonial-capitalista que surgiram nas machambas abandonadas as primeiras formas de produção colectiva e que foi lançada a mobilização dos camponeses para

se organizarem em Aldeias Comunais.

Os trabalhos de construção da Aldeia Comunal 24 de Julho foram iniciados durante o 1º Seminário Provincial de Aldeias Comunais, realizado em Zongoene no mês de Novembro de 1976. Nas mesmas alturas foram criadas as Cooperativas agrícola e de pesca, hoje unificadas no seio da Cooperativa 24 de Julho. As cheias de 1977 levaram parte da população do vale a integrar-se na nova Aldeia. No entanto, a maior parte da população já vivia ou dentro dos limites da actual Aldeia Comunal, ou é proveniente do interior, das terras altas.

O ritmo de entrada da população dispersa na Aldeia Comunal 24 de Julho acelerou-se desde o ano de 1978. Neste ano nasceu também uma segunda Aldeia, Voz da Frelimo, junto ao Bloco 4 da UPBL (Bananal). Contudo, os dados sobre a base económica das famílias camponesas, expostos nos parágrafos seguintes, apenas se referem à Aldeia Comunal 24 de Julho.

#### ---População, Força de Trabalho e Composição das Famílias

Pode-se estimar a população da localidade política de Zongoene em cerca de 11.000 habitantes (1). Aproximadamente 5.000 pessoas vivem ao pé das terras altas, junto da encosta do vale, entre os quais 1.200 pessoas provenientes das zonas atingidas pelas cheias de 1977 (2). A população já integrada na Aldeia Comunal 24 de Julho eleva-se a 2.800 pessoas, ocupando 742 talhões repartidos por 3 bairros (3).

Ao entrevistarmos 213 famílias rurais sobre uma série de dados sócio-económicos fundamentais, abrangemos 1.025 pessoas ou seja 37% da população total da Aldeia (4). Na base da amostragem obtida,

- (1) A campanha de vacinação abrangeu, em Agosto/Setembro de 1978, 10.383 pessoas.
- (2) Informação da Administração da Localidade de Zongoene.
- (3) Recenseamento administrativo realizado no início de 1979.
- (4) A nossa amostragem, embora bastante grande, acusa certas falhas; aproveitamos os dias de apoio dos bairros à Cooperativa para entrevistar os participantes do trabalho colectivo. Aparentemente estão sub-representados os pescadores e os trabalhadores agrícolas da UPBL/Bloco 4 (Bananal). As famílias com membros na Cooperativa Agrícola, por outro lado, estão sobre-representadas na amostragem.

43% da população é constituída por menores e 2% por velhos. A população adulta em idade activa (16-65 anos) eleva-se a 55% do total. De notar que alguns velhos continuam a trabalhar na produção agrícola ou mesmo como assalariados, para além da idade considerada normalmente como activa. Dentro do grupo etário dos adultos activos, um pouco mais de 2/3 têm 16 a 40 anos, quase 1/3 tem 41 a 65 anos. Entre os dois sexos, a proporção é equilibrada, ficando cada grupo com 50%.

Entre as mulheres, mais de 90% dedicam-se à agricultura familiar, incluindo 14% engajadas na Cooperativa Agrícola. As restantes repartem-se entre estudantes, trabalhadoras agrícolas da UPBL e incapacitadas. A quase totalidade das mulheres identificadas encontra-se, portanto, presente na Aldeia Comunal. No sistema de divisão sexual do trabalho, surgida sob a dominação do colonial-capitalismo, é essencialmente a elas que cabe a tarefa de assegurar a auto-suficiência alimentar da família através da produção agrícola. Das mulheres chefes de família num número de 44, todas são camponesas (entre as quais 41% cooperativistas).

No seio do grupo masculino, a estrutura de ocupação é completamente diferente. A primeira indicação dum alto grau de proletarização e de dependência em relação ao trabalho assalariado, é dada pelo facto de 32% dos homens chefes de família e 41% do total dos homens activos estarem ausentes, na grande maioria como trabalhadores migrantes. Eis a distribuição global dos homens por tipo de emprego (em percentagens):

	chefes de família	total activos
Camponeses (1):	51	37
Pescadores (2):	6	5
Artesãos, Desempregados e Incapacitados:	5	6
Total Produção familiar:	62	48
Mineiros	23	17
Assalariados em Moçambique:	15	23
Total Assalariados:	38	40
Estudantes, FPLM:	-	17
<b>Total:</b>	<b>100</b>	<b>105 (3)</b>

- (1) Incluindo os membros da Cooperativa agrícola, constituindo 4% dos chefes de família de sexo masculino e 3% dos homens activos em geral.
- (2) Pescadores individuais e membros da Cooperativa de pesca.
- (3) O total ultrapassa ligeiramente os 100% pelo facto de parte dos homens exercerem mais de uma actividade, como por exemplo pescadores ou mineiros que participam na produção agrícola.



Enquanto que no grupo dos homens chefes de família 62% estão engajados na produção familiar (em grande maioria como camponeses) contra 38% que são assalariados, a proporção dos trabalhadores assalariados eleva-se a 40% no total dos homens activos, ultrapassando o número de camponeses.

Segundo o critério da ocupação do chefe de família, podemos distinguir entre dois grandes grupos de agregados familiares com bases económicas bem diferentes:

- a) As famílias de camponeses, pescadores e artesãos que vivem principalmente da produção familiar na Aldeia Comunal (70% dos chefes de família, incluindo as mulheres). Nestas famílias, mais de metade dos homens são camponeses e 10% pescadores e artesãos, enquanto a proporção dos assalariados é apenas 16% (mineiros: 3%).
- b) As famílias de operários-camponeses vivendo essencialmente da venda da força de trabalho, na África do Sul e dentro do próprio país (30% dos chefes). Nestas famílias, apenas 4% dos homens trabalham na machamba familiar contra 86% que são trabalhadores assalariados (mineiros: 44%). O trabalho agrícola é reservado às mulheres com ajuda de mão-de-obra não familiar.

Como é que a força de trabalho e a população em geral está integrada nas unidades básicas de produção e reprodução que são as famílias rurais? Ao nível dos chefes de família, nota-se uma proporção elevada de mulheres sozinhas (21%), na maioria viúvas. Entre os chefes de família masculinos encontram-se 7% de polígamos. O número médio de pessoas por família é de 4,8. Embora superior à média por talhão que, segundo o recenseamento administrativo é de 3,8 pessoas, aquele resultado evidencia a dissolução avançada da família alargada tradicional. 32% das famílias têm menos de 4 membros, 21% mais de 6, sendo muito excepcionais os casos de famílias com mais de dez membros. Em média, as famílias têm 2,6 pessoas em idade activa, mas o número de activos nem sempre corresponde à força de trabalho de que dispõe uma família: parte dos chefes de família costumam recorrer a mão-de-obra não-familiar, fornecida pelas famílias menos favorecidas.

#### Ocupação e Utilização da Terra

No território da Aldeia Comunal 24 de Julho existem essencialmente três tipos de terra diferentes. Cada tipo de terra é propício para determinadas culturas, implica um ciclo de trabalho próprio e exige a utilização de instrumentos de trabalho adaptados:

Tipo de terra	Localização	Qualidade do solo	Culturas principais	Instrumentos de trabalho
terras altas	serra	arenos	milho mandioca feijão amendoim	enxada charrua
machongo	vale, perto da encosta	umoso, muito fértil	arroz milho trigo horta	charrua enxada
bilene	vale, perto do rio	argiloso húmido, fértil	arroz trigo milho	charrua tractor

Eis o ciclo anual aproximativo dos trabalhos agrícolas no machongo e nas terras altas, para duas culturas básicas (arroz e milho):

Meses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
machongo: - arroz;	sem.	sacha	guarda pássaros	ceifa								sem.
- milho:	colheita					lavoura	sement.	sacha				
serra: - milho:			colheita 2ª sement.					preparação do terreno	semen- teira			

No machongo, as actividades que exigem a maior concentração e intensidade de trabalho são a sacha (Fevereiro, Março, Abril no caso do arroz, Novembro, Dezembro no caso do milho) e a ceifa de arroz (Junho, Julho). Na serra, é na limpeza e preparação do terreno de cultivo (Setembro, Outubro, Novembro) que se deve concentrar o maior esforço.

Os ciclos culturais e de trabalho no machongo e na serra são em certa medida complementares, e a grande maioria das 213 famílias entrevistadas (86%) têm machambas tanto no vale como na serra (10% cultivam apenas na serra, 4% apenas no vale).

Quais são os recursos totais de terra arável da Aldeia, e como é que a terra é distribuída pelas famílias? Na serra, o acesso à terra não aproveitada é livre, e a quase totalidade das famílias cultiva áreas que variam conforme a capacidade de trabalho (e as possibilidades de recorrer a mão-de-obra não familiar), geralmente entre 1/8 e 3 hectares.

Visto que as terras baixas, e particularmente o machongo parcelado, são mais limitadas, e na medida em que o "Plano" de transformação do vale do Limpopo prevê a redistribuição daquelas terras, atribuindo em média 1/4 de hectare de machongo ou 1-2 hectares de terra sequeira a cada família simples, vamos seguidamente examinar exclusivamente a questão das terras do vale.

O território da Aldeia Comunal 24 de Julho abrange cerca de 1.300 hectares de terra baixa. Subtraindo os 200 ha da Cooperativa agrícola mais 100 ha controlados por uma família de agricultores privados (1), ficam cerca de 1.000 ha à disposição da agricultura familiar. Esta área está dividida em 370 ha de machongo parcelado (2), e 630 ha de outras terras baixas aproveitados parcialmente por camponeses utilizando charruas ou tractores e incluindo áreas de pastagem e pântanos.

Disponemos dos seguintes dados relativos à distribuição da terra no vale:

- Distribuição de semente de arroz no parcelamento do machongo (parte da Aldeia Comunal 24 de Julho), em 1978/79:

Áreas (ha)	Agricultores	%
até 1/4	362	85
até 1/2	32	8
até 1	22	5
mais de 1	9	2
Total	425	100

- Machambas no vale (machongo e bilene), amostragem de 213 famílias da Aldeia Comunal 24 de Julho:

Áreas (ha)	Famílias	%
apenas machamba		
na serra	22	10
até 1/4	78	36
até 1/2	44	21
até 1	42	20
até 3	16	8
mais de 3	11	5
Total	213	100

Das famílias que cultivam no machongo e que receberam sementes através do Gabinete de Limpopo, 85% têm machambas de 1/4 ha ou menos. Os restantes 15% ultrapassam a norma prevista no "Plano" de redistribuição da terra. Apenas 2% cultivam mais de 1 ha de terra machongo. O inquérito realizado na Aldeia Comunal tem o defeito de não distinguir entre terras machongo e Bilene. No entanto, pode-se considerar que as machambas de maior dimensão estejam localizadas fora do parcelamento. Vinte e sete famílias ou 13% da amostragem dispõem de mais de 1 ha no vale,

- (1) Terra que segundo o "Plano" deveria passar a ser controlado pelo Aldeia Comunal.
- (2) O parcelamento da Barra do Limpopo totaliza cerca de 520 ha. O Parcelamento 1 é dividido entre o ~~Círculo~~ de Samene (Aldeia Comunal Voz de Frelimo) e o ~~Círculo~~ de Zongoene (Bairro 3 da Aldeia Comunal 24 de Julho). Dois parcelamentos de menor dimensão, 2 e 3, correspondem aos bairros 2 e 1, respectivamente, da mesma Aldeia. O parcelamento 3 está em parte alagada e portanto já não é propício para culturas sequeiras como o milho.

ultrapassando portanto a norma do "Plano" que prevê a atribuição de 1 ha de terra sequeira. As famílias com chefes camponeses e cooperativistas (agricultura e pesca) estão sobre-representadas naquela minoria: elas constituem 78% contra 22% de famílias com chefes assalariados (na maioria mineiros). Um grupo reduzido de 7 agricultores (todos camponeses e cooperativistas) possuem áreas entre 8 e 16 ha no vale.

#### Equipamento Agrícola, Gado Bovino e Cajueiros

Na área do círculo de Zongoene (mas fora da Aldeia Comunal) existem cinco agricultores proprietários de tractores que costumam alugar a outros camponeses do vale. Actualmente, apenas três daqueles tractores estão em funcionamento. No parcelamento do machongo (incluindo a parte situada no círculo de Sarmene - Aldeia Comunal Voz da Frelimo), 49 camponeses (10% daqueles que na campanha 1978/79 receberam sementes de arroz) trabalham com charruas próprias.

Das 213 famílias da nossa amostragem, 73 ou seja um pouco mais de 1/3 lavram as suas machambas utilizando charruas e bois. Dentro deste grupo, 1/3 (11% do total) têm charrua própria, 2/3 (23% do total) costumam alugar o equipamento mediante um pagamento em dinheiro (1).

A incidência global de utilização de charruas é a mesma entre as famílias cuja base principal é a própria produção familiar, e entre as famílias de operários-camponeses que dependem em primeiro lugar do trabalho assalariado. São os chefes de família cooperativistas (Cooperativa agrícola e de pesca) que mais recorrem à charrua, tanto própria como alugada. Verifica-se ainda que entre os chefes de família assalariados existem poucos proprietários de charruas e bois; em contrapartida, a proporção daqueles que alugam o equipamento é muito elevada. Eis o padrão de utilização de charruas nos principais grupos, em percentagens:

Chefe de família	Proporção utilizando charrua	dos quais charrua	
		própria	+ alugada
Camponês	25	42	58
Cooperativista	66	35	65
Mineiro	41	25	75
Assalariado em Moçambique	23	-	100
Total	34	32	68

(1) As proporções de posse e aluguer de bois diferem ligeiramente das proporções correspondentes de charruas. Enquanto que 23 famílias possuem um total de 28 charruas, 21 famílias possuem 39 bois de trabalho (cinco famílias têm apenas um boi). Alguns proprietários de charruas são portanto obrigados a alugar bois para poderem lavar. Segundo o arrolamento do gado, o número de bois no círculo de Zongoene desceu, entre 1976 e 1977, de 119 para 80 cabeças, o que corresponde a uma redução de 33%.

Segundo o arrolamento de 1977, existem no círculo de Zongoene 112 criadores totalizando 608 cabeças de gado bovino. Das 213 famílias entrevistadas na Aldeia Comunal 24 de Julho, 28 ou seja 13% possuem um total de 151 cabeças (ambas as fontes fornecem uma média de 5,4 cabeças por proprietário). A maioria dos criadores têm entre uma e cinco cabeças; e só três dos 213 chefes de famílias possuem mais de dez cabeças. Os proprietários de gado bovino são essencialmente os mesmos que possuem também charruas e bois de trabalho, mais alguns que têm ~~manadas~~ sem bois.

A posse de cajueiros é mais generalizada: 72% das famílias têm cajueiros quer no talhão, quer na serra, fora da Aldeia. No entanto, apenas 1/4 das famílias possuem mais de dez árvores, e podem, portanto, contar com um rendimento monetário potencial digno de menção, através da comercialização da castanha de caju.

Globalmente, a posse dos meios de produção está largamente concentrada nas mãos duma pequena minoria de famílias: assim, as 27 famílias (13%) da nossa amostragem que têm mais de 1 ha de terras no vale, possuem 79% das charruas, 82% dos bois de trabalho e 67% das cabeças de gado. Por outro lado existem mais de 80% de famílias que não possuem nenhum destes meios de produção, e que, caso não tenham os meios financeiros para os alugar estão limitados a cultivar, com as mãos, áreas muito pequenas.

#### Produção Familiar e Comercialização

Em relação ao nível de produção familiar e à comercialização de excedentes agrícolas e outros produtos, dispomos dos resultados de 34 inquéritos, procurando uma informação pormenorizada sobre o processo de reprodução de vários tipos de famílias, pescadores e artesão por um lado, mineiros na África do Sul e assalariados em Moçambique por outro). Além disso, sabemos que no tempo colonial, a área de Zongoene era exportadora de excedentes agrícolas, principalmente arroz e trigo. Eram os camponeses enquadrados por estruturas estatais ou empresas privadas que produziam as culturas de rendimento no parcelamento do machongo e nas terras bilene do vale. Além disso, os cantineiros compravam milho, feijão, amendoim, castanhas de caju e mafurra em troca de panos e outras mercadorias. Hoje, a comercialização de produtos agrícolas cessou praticamente a não ser no seio da própria população. Pelo contrário, a zona tornou-se importadora de cereais(1).

Os dados recolhidos nos inquéritos reflectem muito claramente a quebra de comercialização, que por sua vez parece resultar duma crise ao nível da produção. De 24 chefes de família baseados na produção familiar, 19 costumavam antigamente <sup>vender</sup> excedentes agrícolas: arroz (16), milho (6), trigo (3) e caju (2). Se bem que o cultivo para mercado fosse mais generalizada (porque obrigatório) nos anos '50, a maioria parece ter continuado a vender produtos até aos últimos anos do regime colonial e mesmo até 1976 ou 1977. Estão nesse caso sobretudo os

(1) Durante o ano de 1977, a Loja do Povo de Zongoene vendeu mais de 90 ton. de cereais, principalmente arroz (informação do responsável da loja).



produtores possuindo maiores machambas, bem como charruas e gado, grupo que comercializava anualmente 30, 50 e até 100 sacos de cereais.

Foi portanto nos últimos anos que a situação se deteriorou. De todos os entrevistados, apenas dois declararam terem vendido excedentes agrícolas na campanha agrícola 1977/78 (1), ambos à população e em quantidades reduzidas: respectivamente 12 sacos de milho e um saco de arroz.

É evidente que nestas condições as famílias camponesas não podem reproduzir-se na base da comercialização de excedentes agrícolas mesmo se as necessidades alimentares fossem cobertas pela produção da machamba familiar. Considerando que só uma minoria das famílias assentes na produção familiar têm membros assalariados que contribuem regularmente para a economia familiar (geralmente com importâncias modestas de menos de 1.000\$00 mensais), a crise em que se debatem muitas famílias camponesas torna-se ainda mais evidente. Apenas uma minoria tira algumas receitas do aluguer de equipamento agrícola, ou ainda de determinadas actividades não agrícolas. (cortando caniço e estacas para construção, por exemplo). A compra dos cereais pelo camponeses pode-se explicar pela existência de reservas acumuladas através do trabalho migratório na África do Sul ou através da comercialização de excedentes agrícolas nos anos anteriores. É claro que a maior parte dos camponeses não pode continuar a dispor de tais reservas.

Quem pode realmente reproduzir-se através da produção individual e tirar rendimentos regulares e consideráveis da venda dos resultados do seu trabalho, são os pescadores (cujas receitas parecem oscilar por volta dos 4.000\$00 mensais) e, em menor grau, os artesãos rurais (entrevistámos dois cesteiros e um alfaiate com rendimentos mensais de 1.000\$00 aproximadamente). Ficam por mencionar os membros da Cooperativa agrícola e de pesca, que no ano passado receberam 20\$00 e 50\$00, respectivamente, por dia de trabalho.

Deixámos à parte as famílias com chefes de famílias assalariados. A excepção dum mineiro pescador, não comercializam produtos nem têm outras fontes de dinheiro além dos salários. Mesmo no passado colonial, apenas duas ou dez famílias costumavam vender arroz, mas é de salientar que os chefes de família operários são geralmente mais novos do que os camponeses, cooperativistas e pescadores, e portanto só se tornaram independentes há poucos anos.

---

(1) Campanha considerada como razoável pelos camponeses da área.

### Trabalho Assalariado

Praticamente todos os homens de mais de 25 anos de idade, têm experiência de trabalho assalariado, a grande maioria deles como mineiros na África do Sul. De 169 chefes de família masculinos, 80% trabalham nas minas, 25% dos quais cumpriram mais de dez contratos (no grupo etário de mais de 40 anos, as proporções correspondentes são de 90 a 40%).

A partir de 1976, a quebra no recrutamento de mineiros moçambicanos começou a fazer-se sentir na Aldeia. Segundo dados fornecidos pela Administração de Zongone, saíram da área da localidade com destino à África do Sul 785 homens em 1977 e 474 em 1978. Mesmo assim, o trabalho assalariado, é em primeiro lugar o trabalho migratório para as minas, continua a ser a principal fonte de dinheiro da população rural, tanto mais que a crise de comercialização reduziu fontes alternativas.

Na nossa amostragem de 213 famílias da Aldeia Comunal 24 de Julho,

- 40% das famílias têm pelo menos um membro assalariado (e 21% um mineiro),
- 40% dos homens activos são assalariados (e 17% mineiros),
- 30% dos chefes de família de 38% dos chefes masculinos são assalariados (respectivamente 18% e 23% são mineiros).

Embora o número de assalariados nas cidades moçambicanas (principalmente Maputo, e algures em Xai-Xai) ultrapasse o número de mineiros, os últimos continuam a desempenhar um papel importante dentro da economia rural.

Os mineiros são em maior proporção chefes de família, e contribuem para a economia familiar com maior regularidade e com mais dinheiro. Os homens que trabalham no Maputo são em regra jovens que relativamente pouco mandam à terra para sustentar os pais (1).

---

(1) Já no tempo colonial, muitos jovens costumavam trabalhar na então cidade de Lourenço Marques, principalmente como empregados domésticos, antes de seguir para o "Jone". Hoje vão para Maputo à procura de emprego provavelmente também aqueles que já não podem ir trabalhar nas minas.

Os assalariados locais são em número reduzido: alguns empregados da função pública (marinheiros, feroleiros, professores), e alguns trabalhadores agrícolas da UPBL/Bloco 4 (Bananal).

Os trabalhadores da Machamba Estatal estão sub-representados na nossa amostragem: no total, cerca de 40 deles devem viver na Aldeia (1).

Já vimos que nas famílias cujo chefe é assalariado, a reprodução é principalmente assegurada pelos salários.

As famílias operários-camponesas dispõem de rendimentos monetários substanciais e regulares. No caso dos assalariados locais, a receita familiar corresponde ao vencimento do chefe, enquanto os ausentes mandam parte dos salários para a terra. Numa pequena amostragem de seis mineiros, as famílias recebem entre 1.000\$00 e 2.500\$00 mensais, mais os pagamentos deferidos no fim de cada contrato de trabalho. A excepção de alguns mineiros possuindo mais de 1 ha no vale, charruas e gado, a base agrícola das famílias operários-camponesas é relativamente fraca, sendo o trabalho da machamba praticamente reservado às mulheres. No entanto, muitos assalariados utilizam o seu dinheiro para alugar equipamento agrícola e mobilizar mão-de-obra não-familiar (geralmente em sistema de tsima).

As famílias assentes principalmente na produção familiar têm poucos membros assalariados, entre os quais predominam homens jovens trabalhando no Maputo. Contudo, estas famílias também participam nos salários dos mineiros e embora directamente estão deles dependentes, os camponeses mais ricos alugando charrua e bois e vendendo excedentes agrícolas, os pescadores a artesão fornecendo produtos e serviços, os camponeses pobres repondo à procura de força de trabalho para o tsima.

#### Sistemas de Reprodução Familiar e Diferenciação Social

Ao longo da presente exposição, distinguimos entre dois grandes grupos de famílias rurais:

1. Famílias cuja base económica principal é a produção familiar dentro da Aldeia Comunal (chefes camponeses, cooperativistas, pescadores, artesãos). A produção agrícola assegura em regra a auto-suficiência alimentar, pelo menos nos bons anos agrícolas. Os rendimentos salariais ou são inexistentes, ou reduzidos e irregulares.

---

(1) Num pequeno inquérito feito a 52% dos trabalhadores do Bananal, encontramos 21 elementos residentes na Aldeia Comunal 24 de Julho.

A comercialização de excedentes agrícolas encontra-se hoje em situação de crise. Apenas pescadores, artesãos e membros das Cooperativas podem contar com receitas monetárias regulares. O aluguer de charruas e bois proporciona um certo rendimento a uma minoria de famílias.

2. Famílias que dependem principalmente do trabalho assalariado fora da Aldeia Comunal (chefes mineiros, trabalhadores nas cidades moçambicanas, trabalhadores da UPBL e assalariados locais da Função Pública). As famílias operário-camponesas dispõem de rendimentos monetários regulares e seguros. A produção familiar é muitas vezes insuficiente ou apenas chega nos bons anos agrícolas; não há, portanto, venda de excedentes. O salário serve tanto para satisfazer as necessidades correntes da família como para investir na produção (organizar o tsima, alugar ou eventualmente comprar, equipamento agrícola e gado).

A divisão entre dois sistemas diferentes de reprodução familiar sobrepõe-se a um processo de diferenciação social no seio da população rural:

1. Uma minoria de famílias "ricas" cultiva mais de 1 ha de terra no vale, possui charruas e cabeças de gado, e utiliza mão-de-obra não-familiar (Entre 34 famílias abrangidas pelo inquérito pormenorizado, quatro empregam jornaleiros durante parte do ano, pagando salários de 25\$00 a 50\$00 por dia; o recurso ao tsima é muito mais generalizado, particularmente entre mineiros e outros assalariados). Os chefes de família "ricos" conseguiram constituir a sua base de produção através do trabalho migratório, e os mineiros que ainda podem ir para o "Jone" são os que mais provavelmente se tornarão produtores "ricos". Por outro lado, a quebra na comercialização de produtos agrícolas conduziu parte dos camponeses "ricos" a uma crise: vários deles declaram nas entrevistas terem vendido excedentes até 1976 e consumir desde então as reservas acumuladas nos anos anteriores.

2. Uma maioria de famílias "pobres" cultivam pequenas machambas apenas com instrumentos de trabalho manuais. Para sobreviver e obter um mínimo de dinheiro, são obrigados a vender a sua força de trabalho como jornaleiros aos camponeses "ricos", e de trabalhar em troca de comida e bebida nas jornadas de tsima organizadas por mineiros e outros produtores mais favorecidos. A redução do recrutamento para as minas, que fez surgir um grande número de ex-mineiros e jovens sem possibilidade de ir trabalhar na África do Sul, contribuiu sem dúvida para aumentar o número de famílias pobres sem base de reprodução suficiente.

É neste contexto de combinação duma crise de reprodução das famílias rurais com um processo incipiente de polarização de classes que intervêm os planos de reorganização económica do vale do Limpopo.

### Crise de Reprodução e Implicações do "Plano do Limpopo"

A área de Zongone enfrenta uma crise de produção agrícola que para a população da Aldeia Comunal se traduz numa crise da reprodução familiar. Quais são os diferentes aspectos desta crise?

1. Redução das áreas cultivadas, o que significa sub-utilização das terras férteis do vale: no parcelamento do machongo (parte situada no círculo de Zongone) foram distribuídos sementes de arroz a 916 camponeses em 1964/65, a 425 em 1978/79. Parte do parcelamento 3 e outras terras baixas estão alagadas desde as cheias de 1977, por não terem sido limpos os canais de drenagem.
2. Declínio de certas culturas essenciais, como amendoim (a partir do fim dos anos '60, por razões não explicadas), arroz (que de cultura de rendimento se tornou em cultura destinada quase exclusivamente à subsistência familiar), e trigo (falta de sementes e equipamento agrícola).
3. Falta de meios de produção: paralização de tractores, não substituição de charruas gastas, redução drástica do número de bois de trabalho.
4. Diminuição dos efectivos de gado bovino: parece que o gado nas mãos do campesinato da área não se reproduz senão através da compra de novas cabeças; nos últimos anos, a taxa de mortalidade por doença e em consequência das cheias foi particularmente elevada (de dez criadores entrevistados, cinco perderam parte ou todo o seu gado).
5. Quebra da comercialização de excedentes agrícolas, como consequência não só da destruição dos circuitos comerciais coloniais (e sistemas de enquadramento estatais, nomeadamente I.C.M.), mas também, e principalmente, da baixa geral de produção (visto que existe uma forte procura local de cereais que é - parcialmente - satisfeita pela Loja do Povo vendendo arroz importado).

Esta enumeração, embora aponte para certas relações causais, não explica as origens da crise. Podemos apenas avançar algumas hipóteses provisórias e levantar questões para futuras investigações.

Um elemento central parece-nos residir na limitação drástica do trabalho migratório em direcção à África do Sul, nos últimos três anos: esgotou-se a fonte principal de dinheiro que permitia a aquisição, substituição e aluguer do equipamento agrícola e das cabeças de gado. Daí a redução das áreas de cultivo, particularmente nas terras pesadas do vale. A quebra na produção de excedentes comercializáveis deveria ser estudada também em função dos incentivos oferecidos ao camponês: questão dos termos de troca internos e da disponibilidade no mercado de produtos susceptíveis de valer um esforço particular de produção. Outra questão aberta seria a incidência da absorção de tempo de trabalho nas tarefas de construção da Aldeia Comunal.



Se bem que não tenhamos chegado a conclusões definitivas, podemos já prever certas implicações do "Plano do Limpopo", no caso concreto da Aldeia Comunal 24 de Julho - Zongoene:

A proposta de atribuir a cada família em média  $1/4$  de hectare de machongo ou 1 hectare de terra sequeira no vale, não nos parece apropriada para resolver a crise de produção, numa situação onde não falta a terra. De facto, as famílias que cultivam parcelas pequenas, não o fazem por falta de terra mas porque não dispõem de meios de trabalho. Para aproveitar integralmente os recursos em terra e em força de trabalho existentes, seria importante assegurar a aquisição e renovação dos meios de produção anteriormente fornecidos através do trabalho migratório.

### Aldeia Comunal Salvador Allende (Chilaulene)

A Aldeia Comunal Salvador Allende situa-se no vale do Limpopo, não longe do mar, a cerca de 15 km do Xai-Xai. A área administrativa da Aldeia abrange 2400 habitantes da Aldeia Comunal e cerca de 3000 pessoas que moram no "Bairro Comunal", fora da Aldeia.

Segundo o "Plano do Limpopo" a Aldeia Comunal Salvador Allende será uma zona de recrutamento da UPBL, tendo por isso direito apenas uma Cooperativa, para acumulação social. Com o objectivo de se iniciar o processo de constituição de uma Cooperativa, alguns habitantes da Aldeia limpam o terreno abandonado por um antigo colono tendo depois essa terra sido ocupada pela UPBL, que unicamente a lavrou, sem chegar a semeá-la.

Na medida em que não existe machongo nesta zona, a área a ser atribuída a cada família, segundo as directivas do "Plano", será de cerca de 1 ha. A população da Aldeia Comunal Salvador Allende consiste em dois grupos - antigos habitantes do local (Chilaule) e famílias provenientes do vale.

Depois das directivas da VIII Sessão do C.C. e como consequência de um trabalho de dinamização efectuado pelas estruturas provinciais, alguns camponeses começaram a construir as suas habitações na zona alta, abandonando a zona baixa do Vale, localmente conhecida por bilene.

Com as cheias outras populações que se encontravam no Vale foram deslocadas para as zonas altas, tendo de imediato sido iniciada a demarcação dos talhões, encontrando-se a Aldeia Comunal dividida em 4 Bairros. Os Bairros 1 e 4 são habitados predominantemente pelos antigos residentes da zona e os restantes pelos camponeses que vieram depois das cheias, directamente do vale e outros que mais tarde regressaram de Chiconela e Mhula (Zongoene). A Aldeia Comunal tem actualmente 2400 habitantes (537 famílias). A amostragem por nós realizada no inquérito sobre a agricultura familiar - 111 famílias - representa 20% do total. No inquérito sobre a composição da força de trabalho familiar, a amostragem - 118 famílias - representa 22%.

### Organização da Agricultura Familiar

A Aldeia Salvador Allende está localizada sobre dunas elevadas, vulgarmente designadas por "serra", circundada pelas terras baixas e pesadas dos vales do Limpopo e Inguzane, sendo a sua área total aproximada de 6000 hectares, distribuídos da seguinte forma:

Colonos + UPBL	3600 ha (60%)
Aldeia Comunal + terra livre dos quais:	2400 ha (40%)
- Aldeia, casas, machambas, mato	200 ha
- terra não aproveitada para produção agrícola (caniço, pastagem, terra livre)	400 ha
- machambas familiares	1800 ha (30% do total)

A maioria das famílias da Aldeia tem machambas de mais de 1 ha. Vejamos qual a actual distribuição da terra, segundo o tamanho das machambas em ha, em referência à nossa amostragem (111 famílias) (1).

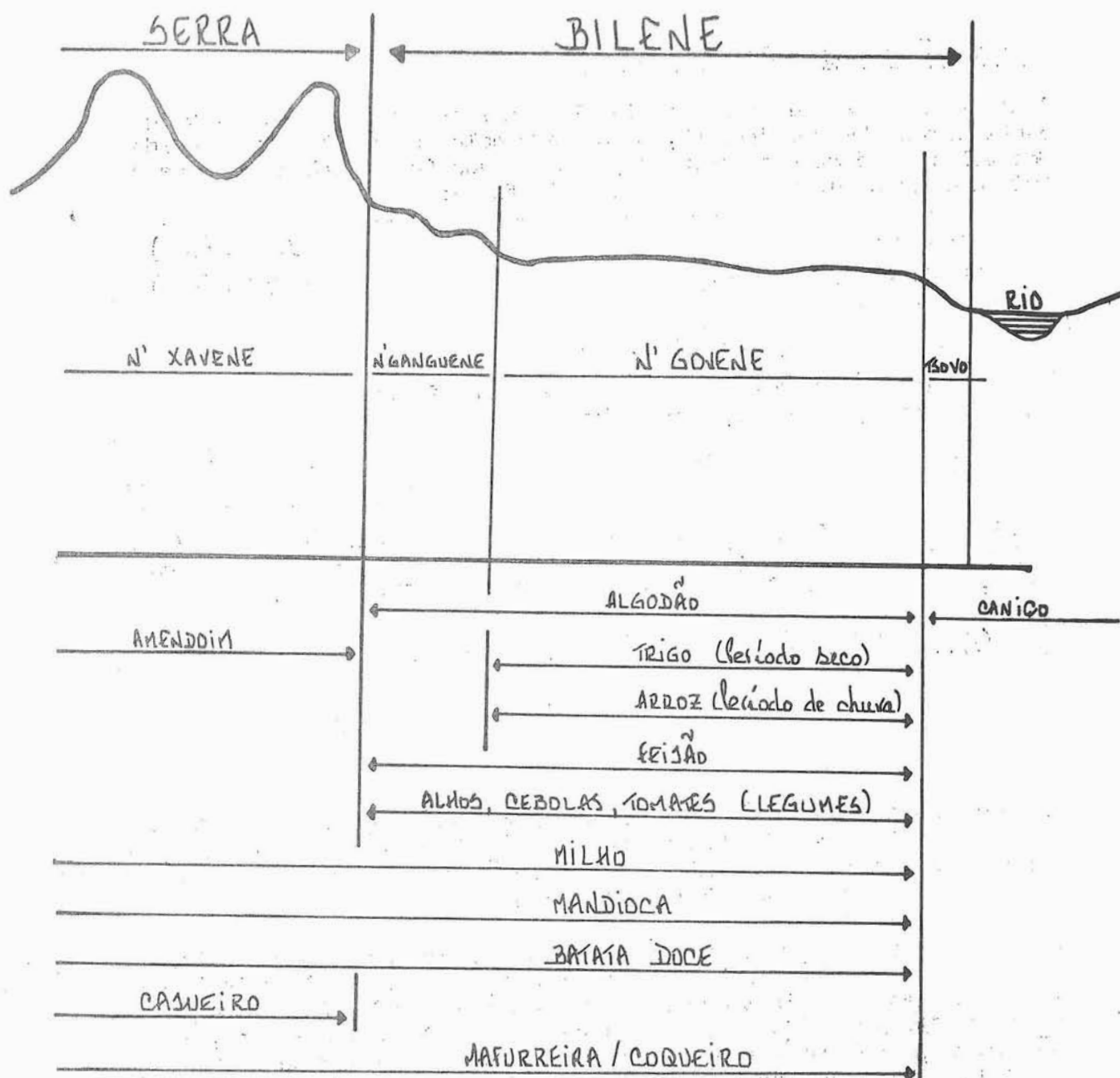
<u>Área cultivada (ha)</u>	<u>Nº de famílias</u>	<u>%</u>
0 - 2	45	41
2 - 4	33	30
4 - 8	27	24
8 +	6	5

Actualmente é preocupação das estruturas políticas (principalmente dos Grupos dinamizadores dos Bairros) a questão da redistribuição das terras não ocupadas - já existe uma comissão de redistribuição das terras para implementar o "Plano do Limpopo".

O problema de falta de terra não se coloca neste momento na Aldeia. As falhas da produção foram atribuídas pelos camponeses à carência de força de trabalho e instrumentos de produção e não à falta de terra. De 21 famílias (das 111 da nossa amostra) que têm menos de 1 ha, 13 são viúvas, mineiros ausentes, incapacitados e trabalhadores permanentes da UPBL. Dos seis agregados com mais de 8 ha os que possuem machambas com maiores dimensões, respectivamente 35 ha e 50 ha têm, também, tractores e empregam assalariados em determinados períodos do ano agrícola.

A capacidade produtiva de um terreno varia com o tipo de solo e o modo da sua utilização. Os solos mais propícios para a agricultura são as terras pesadas e húmidas do Vale, embora também se cultive na serra, nos solos arenosos. Cada uma destas zonas tem uma gama de culturas associadas.

(1) Não distinguimos entre machambas do vale e da serra pois aqui só existem pequenas machambas (área total = 200 ha com mato e casas).



A produtividade dum terreno depende também do acesso à água e drenagem do solo. As terras do Vale a leste e a noroeste da Aldeia beneficiam de regadio. A oeste e a norte não há regadio e é nestas zonas que mais se faz sentir o efeito das secas e das chuvas em excesso, pois que um dique fechado impede a drenagem natural e impossibilita a dessalinização do solo nessas zonas.

A fertilidade do solo e o acesso à água duma parte das terras do vale deve possibilitar um ciclo curto de rotação de culturas e um alto nível de produção, mas só é possível cultivar estas terras, com lavragem prévia do terreno, sendo condição essencial para trabalhar essa terra ter acesso a charrua e bois (ou tractor). Do mesmo modo para se poder usufruir do regadio o uso duma motobomba é imprescindível. O significado da propriedade da terra na produção familiar da Aldeia depende pois da posse dos instrumentos de trabalho.

### Instrumentos do Trabalho

Vejamos qual é a situação actual relativa a instrumentos de trabalho, na Aldeia. Segundo um registo do secretário da Aldeia existem 289 bois e 72 charruas (talvez uma subestimação). A distribuição da posse/acesso de instrumentos de produção em relação à nossa amostragem é a seguinte:

- possuem charrua e bois ou tractor	40%
- alugam ou tractor ou charrua	44%
- trabalham só com a enxada	16%

Sabemos pois que metade das famílias da "Salvador Allende" têm charrua e junta de bois de trabalho.

Dado o custo actual elevado das charruas (cerca de 2.000\$00) e dos bois (cada cabeça oscila entre 6.000\$00 e 8.000\$00) e na medida em que neste momento é muito difícil adquirir ou renovar estes instrumentos de trabalho (redução das fontes monetárias e possibilidades de compra-saida dos colonos, etc.) atendendo à população de gado na Aldeia - 476 cabeças - a possibilidade de este número aumentar é mínima.

Por outro lado para as terras baixas onde é possível ter acesso ao regadio a utilização duma bomba aumentaria, portanto, a produtividade do terreno. No entanto não existem praticamente bombas na Aldeia. Na nossa amostragem só encontramos 1 caso que possuía bomba. O número total de famílias proprietárias de bombas na Aldeia deve, pois, ser muito baixo.

Existe a possibilidade de recorrer a estes instrumentos de trabalho através do terreno por 194\$00/hora. O depósito mínimo exigido é de 1.000\$00/2 hectares mas os camponeses dizem que o custo excede normalmente este cálculo de 500\$00/hectare. Os particulares alugam na base da área a cultivar (± 800\$00/ha. O preço de aluguer duma charrua/junta de bois é de ± 200\$00/dia ou então é "emprestada" na base de parentesco ou amizade, um sistema que implica em geral uma transferência de trabalho para o dono das charruas e dos bois.

A família que aluga ou pede emprestado perde, portanto, uma parte do seu produto excedente. Esta família pode também produzir menos com o mesmo tempo de trabalho dado que a produtividade agrícola depende do calendário das principais fases do ciclo agrícola. Os que alugam ou

pedem instrumentos de produção emprestados não os obtem no tempo conveniente para executar uma das tarefas do ciclo.

O problema do acesso às sementes atinge, de igual forma, os camponeses pobres. Uma família que produz basicamente para subsistência, não ultrapassando praticamente este nível, não pode conservar parte do produto para usar como semente. Mesmo as famílias mais prósperas são obrigadas a comprar sementes devido aos prejuízos provocados pelos bichos. Alguns camponeses disseram não poderem cultivar arroz por não terem dinheiro para adquirir as sementes. No tempo colonial a semente do arroz era avançada aos camponeses que a pagavam aquando da venda deste produto. Neste momento só é possível comprar a semente de arroz na fábrica, a 8\$00/kg.

Para as famílias mais pobres não é possível recorrer ao crédito para comprar sementes e instrumentos de trabalho, dado que a política de concessão de crédito interdita o acesso a este para pessoas que cultivem menos de 2 ha de arroz. Encontrámos algumas famílias que têm utilizado o crédito para alugar tractor e/ou bomba, mas em geral os que recorrem ao crédito possuem instrumentos de trabalho e este é utilizado para empregar trabalhadores na época da ceifa do arroz.

A carência de instrumentos de trabalho e sementes manifesta-se na paisagem da Aldeia. Durante a nossa estadia verificámos que uma parte das terras ricas ou lado da Aldeia ficaram incultas quando as chuvas se atrasaram. Nesta situação era impossível ou pelo menos arriscado, comprar sementes e obter instrumentos de trabalho.

#### — Organização do Trabalho na Agricultura Familiar

O nível da produção familiar reflecte não só o controle da terra e instrumentos de trabalho mas também a composição do agregado familiar. O "Plano do Limpopo" pressupõe a existência generalizada da família simples (1) mas pretende, por outro lado, ajustar-se a casos excepcionais. A nossa experiência em Salvador Allende ~~mostra~~ que a concepção de família simples, como tipo predominante não corresponde à situação real, sendo conveniente, portanto, a sua reformulação.

O registo da Aldeia que consultámos indica-nos haver 537 famílias e 2400 habitantes, (incluindo algumas pessoas ausentes). O número de pessoas/família seria pois de 4,5. Este número reflecte a pressão administrativa de molde a favorecer a família simples. No entanto consultando as listas dos bairros constatamos que o número de famílias é inferior e, na realidade, em alguns casos não são famílias separadas. Na nossa amostragem de 118 famílias (inquérito sobre composição do agregado familiar); 72 (61%) são famílias simples e 46 (31%) são famílias alargadas. Deste modo o tamanho médio da família é de 5,6 pessoas incluindo os ausentes só mineiros, ou 6,1, incluindo outras pessoas ausentes.

---

(1) O nosso conceito de família simples abrange aqui os polígamos.



O quadro abaixo mostra a distribuição de agregados familiares por número de membros da família.

Nº de pessoas (por agregado familiar)	Nº de agregados familiares	%
1 - 2	18	15
3 - 5	43	37
6 - 8	42	36
9	14	12

A capacidade produtiva das famílias depende também da idade dos seus membros produtivos. Atentemos na distribuição das idades dos chefes de família (1):

Idade dos chefes de famílias	Nº de agregados	%
20 - 34	18	14
35 - 50	52	48
50	38	35

Estes dados exprimem não só a capacidade produtiva (disponibilidade da força de trabalho) mas também a sua situação reprodutiva (necessidades de consumo).

Certas famílias podem aumentar o seu nível de produção através da utilização da força de trabalho alheia. Os donos de charruas/bois por vezes cedem estes através da troca da força de trabalho com o agregado familiar que os utiliza, outras fazem tsima ou empregam trabalhadores assalariados a quem pagam 50.000/dia. Pela nossa amostragem vimos que só estão neste caso famílias que cultivam mais de 3 hectares.

#### Dependência da Família Camponesa em Relação ao Mercado

A família camponesa para se reproduzir depende do mercado: tem de comprar bens de produção (charrua, bois sementes) e bens de consumo (capulanas, sabão, açúcar, petróleo, etc.). Ao estudarmos as famílias camponesas temos pois que considerar os padrões de comercialização e de trabalho assalariado como parte integrante da sua reprodução.

#### Comercialização

Na Aldeia Comunal Salvador Allende a cultura comercializada mais importante é o arroz. Da nossa amostragem 88% das pessoas entrevistadas dizem ter cultivado arroz antes da Independência e 83% cultivam-no actualmente. O nível de comercialização reflecte não só o nível da produção mas também o consumo da família. Os camponeses apontam como causas da baixa de comercialização do arroz depois da Independência as cheias, os ratos, falta de sementes e secas. No entanto ainda existe

(1) Esta distribuição é calculada sobre um nº total de 108 indivíduos dado que não foi possível obter dados quanto à idade de 10 elementos.

um grupo de camponeses médios e ricos que obtêm crédito, cultivam pelo menos 2 ha de arroz, alugam tractores e empregam jornaleiros. Este grupo cultiva arroz principalmente para vender, não para a subsistência familiar. O "Plano do Limpopo" irá limitar especialmente a produção deste grupo e, conseqüentemente, o nível de comercialização do arroz.

Para além do arroz as outras culturas para venda têm o seu mercado essencialmente dentro da Aldeia, ou no Xai-Xai; caso de hortaliças (vendidas sobretudo pelas mulheres) e do milho. A comercialização do trigo, uma das principais culturas de rendimento na época colonial, é agora insignificante devido à falta de sementes.

Dentro da Aldeia também se vendem vários produtos artesanais: esteiras, rede, carvão, roupa (há quatro alfaiates com máquina de costura). A actividade artesanal mais importante é a pesca; de 33 famílias, seis têm barcos de pesca e outros seis disseram também ser pescadores. O proprietário do barco paga cerca de 40% do rendimento obtido à pessoa que o ajuda, destinando-se o peixe ao consumo interno da Aldeia e também no Xai-Xai.

#### Trabalho Assalariado

O trabalho migratório e especialmente o trabalho nas minas da África do Sul, desempenha (e tem desempenhado) um papel central na reprodução da família camponesa da Aldeia Comunal Salvador Allende. Dos 118 chefes de família entrevistados, 101 tinham trabalhado na África do Sul (de ter em conta que dos restantes oito eram viúvas). Actualmente 10% das famílias entrevistadas ainda têm elementos a trabalhar na África do Sul. Outros homens trabalham no Xai-Xai e Maputo, frequentemente como padeiros mas, em geral, ficam menos ligados à família do que os mineiros. Um número elevado de famílias (14%) depende do trabalho assalariado de um ou vários dos seus elementos quer como permanentes na Machamba Estatal, no Xai-Xai, quer no sector privado da região, mas que continua a morar na Aldeia e ajuda na agricultura.

Quase metade (48%) das famílias da Aldeia Comunal participa no trabalho assalariado sazonal ou na Empresa Estatal ou nos "colons" (não distinguem geralmente entre os dois). O nosso inquérito revela uma proporção de sazonalidade feminina dupla em relação aos homens, mas as folhas de pagamento da UPBL indicam uma participação mais equilibrada entre os dois sexos. O período normal de trabalho sazonal compreende os dois meses da ceifa do arroz.

#### Implicações do Plano do Limpopo

O Plano existente para o Baixo Limpopo tem duas implicações fundamentais no caso da Aldeia Comunal Salvador Allende. Por um lado, representará uma redução drástica na propriedade da terra por parte dos camponeses, uma vez que a maioria destes tem acesso a áreas superiores a 1 ha, que é a base de redistribuição da terra. Embora tendo em conta que tenha

havido uma relativa sobrestimação das áreas das famílias camponesas no inquéritos realizados, podemos no entanto considerar que cerca de 60% das famílias são possuidoras de mais de 2 ha e seriam, portanto, bastante afectadas. É de notar que destes 60%, metade são famílias possuidoras de áreas superiores a 4 ha. Por outro lado, da redução da terra familiar resultará, em relação à maior parte das famílias, uma criação de disponibilidade de força de trabalho que não poderá ser suficientemente absorvida pela UPBL, embora em parte venha a ser absorvida pelo trabalho na cooperativa. No entanto é de notar que, sendo a cooperativa destinada a acumulação social (caso de Salvador Allende), a obtenção de rendimentos monetários provenientes da comercialização de produtos agrícolas pelas famílias camponesas tornar-se-á praticamente impossível. De forma geral, podemos dizer que se criará uma situação mais ou menos generalizada de sub-emprego na área e que o nível de vida de grande parte das famílias camponesas sofrerá um abaixamento.

### Aldeia Comunal OUA (Nhancutse)

A Aldeia Comunal OUA, situada na serra, a cerca de 45 km do Xai-Xai (ver o mapa) é um dos cinco círculos da localidade política de Chau e pertence à localidade administrativa de Chongoene. A maior parte da população do círculo a que a Aldeia Comunal pertence - círculo de Nhancutse - vive ainda fora da Aldeia.

A Aldeia tem actualmente 1182 agregados familiares, totalizando 5337 indivíduos, distribuídos por quatro bairros, tendo cada bairro 298 agregados e talhões de 30/40. Ao lado da Aldeia Comunal, mas administrativamente separado desta, fica o Bairro Comunal dos trabalhadores da UPBL com casas espaçosas e bem construídas, melhor organizadas do que o conjunto das casas da Aldeia Comunal. Estudámos os quatro Bairros da Aldeia Comunal onde foram efectuados 82 inquéritos, cobrindo a amostragem 7% dos agregados familiares. Dada a elevada taxa populacional a amostra por nós recolhida é pequena, e tem por objectivo principal ilustrar situações não constituindo, portanto, uma base para generalizações ou deduções mais amplas.

A Aldeia Comunal começou a formar-se em Junho de 1975 somente com as populações da serra. Muitos dos componentes da Aldeia que pertencem à serra (38% da nossa amostragem) habitavam antes de 1976/77 na área do actual parcelamento da Aldeia Comunal OUA, possuindo aí as suas terras.

O processo de construção e de organização foi acelerado em Fevereiro de 1977 com a chegada dos camponeses do vale afectados pelas cheias. Dos agregados da amostragem 62% são oriundos do vale, sobretudo de Magula, Chimbonhanine e Carre. Com as deslocações provocadas pelas cheias e a fuga dos colonos, a ocupação e aproveitamento das terras do vale encontram-se desorganizados.

Em 1978 a UBPL começou a ocupar não só as antigas terras dos colonos como as terras dos camponeses (estamos a referir-nos ao vale). De acordo com uma informação do responsável do sector de Geografia e Cadastro da DPA, em Magula havia 400 ha parcelados de 4 ha cada, num total de 98 parcelas, estando apenas aproveitados 162 ha, situação essa que se explicava por deficiências na regra e na drenagem das águas. Em Chimbonhanine este parcelamento contava com 182 parcelas também de 4 ha cada, perfazendo uma área de 1140 ha, igualmente aqui se notando

o subaproveitamento motivado pelas deficiências já mencionadas. Em Carre, a DPA encontrou dificuldades de localização das parcelas, mas estimou predominarem as parcelas de 2 a 10 ha.

Em Magula e Chimbonhanine, as áreas de 4 ha eram apenas nominais; pois que a verdadeira "posse" oscilava, por agregado, entre 1 e 16 ha.

A comissão que estudou a situação da ocupação das terras nas áreas indicadas constatou que a produção predominante era o arroz, havendo focos isolados de milho (a comissão trabalhou em '77 ou em fins de '78). Essa constatação está de acordo com os dados da nossa amostragem, os quais nos mostram, entre '77 e '78, o desaparecimento da comercialização do algodão e do trigo e um restrito núcleo de agregados que venderam arroz e milho.

A comissão verificou, ainda, existir um processo de absorção de terra, processo não legalizado, bem como um montante de débitos elevado (de uma lista do BPD em nossa posse, da qual constam os montantes dos empréstimos dos camponeses de várias áreas do vale, encontramos 95 casos referentes a moradores da OUA, empréstimos que oscilam entre 10.000\$00 e 100.000\$00, havendo a registar muitos casos de mulheres que recorreram a empréstimos). **Intervenção**, então, a UPBL que procedeu à ocupação das terras com base no relatório da DPA de 1978.

Dos agregados que estavam em Chimbonhanine, parte foi deslocada para as Aldeias Comuns OUA e Marien Ngouabi (esta Aldeia Comunal tem cerca de 20.000 habitantes), sendo parte da área do Chimbonhanine destinada à população da Aldeia Comunal Marien Ngouabi. Quanto a Magula, toda a área foi ocupada pela UPBL, tendo os agregados aqui moradores recebido orientações para cultivarem em Carre, indo também para lá os agregados de Chimbonhanine que foram colocados na Aldeia Comunal OUA. No tocante a Carre, parte da população permaneceu lá para efeitos de cultivo, mas passou a habitar na Aldeia Comunal OUA, enquanto uma outra parte foi destacada para a Aldeia Comunal Ho Chi Min (Bungane).

Todo esse processo causou muita confusão: por um lado, confusão porque os camponeses de Magula queriam ficar em Magula, os de Chimbonhanine em Chimbonhanine, etc.; confusão, por outro lado (e atritos), porque os camponeses de Carre não compreenderam muito bem por que vieram para as "suas" terras camponeses de outras áreas. Parece-nos que não houve um trabalho prévio de consciencialização (muitos dos nossos entrevistados afirmaram-nos que um dia os tractores da UPBL lhes entrarem pelas terras ~~dentro~~) e uma programação correcta das áreas de cultivo a atribuir tendo em conta a distância em relação às Aldeias Comuns.



### Redistribuição da Terra

Segundo a UPBL, está prevista uma distribuição de terra de machongo para os agregados da OUA. De resto, as próprias estruturas da Aldeia já encetaram contactos para que o processo se inicie o mais brevemente possível.

Porém, sobre esse ponto existe, quanto a nós, alguma confusão. A UPBL, através de um responsável da Administração, afirmou-nos que seriam distribuídos à OUA 500 a 600 ha junto de Magula (trata-se de terra aluvionar, argilosa e húmida, de regadio). Porém, o mesmo responsável também nos falou em distribuição de terra de machongo, como já escrevemos inicialmente. Parece-nos que a UPBL não tem uma ideia clara sobre que área e sobre que tipo de terra atribuir. Ficou-nos a convicção de que a área de 500/600 ha fazia parte de um plano inicial, tanto mais que, do decorrer da entrevista, o mesmo responsável nos afirmou que, em relação à OUA, "os camponeses terão emprego na UPBL e a terra dos machongos será para subsistência".

Os machongos foram abandonados, no tempo colonial, por volta de 1964. Desconhecemos as verdadeiras razões do abandono, além das ligadas às chuvas e às cheias. Os machongos foram ocupados pelos camponeses dentro de um plano de distribuição colonial cujo propósito era o "bem-estar" dos camponeses e cuja prática era o cultivo de arroz e a venda obrigatória, por exemplo, à Empresa Paulino dos Santos Gil.

Por outro lado, o actual parcelamento do Carre virá a ser futuramente utilizado unicamente para nele ser colocado o gado da OUA, em cercados colectivos. Isso significa que os camponeses que habitam na OUA, que cultivaram em Magula e Chimbonhanine, que agora cultivam no Carre, terão de efectuar nova mudança, em prazo que desconhecemos, para os machongos, cujos trabalhos de enxugo ninguém sabe quando começam.

Entretanto, muitos camponeses continuam a cultivar em Chimbonhanine, outros em Magula, etc. Porque o subaproveitamento notado em relação aos camponeses, nota-se, agora em relação à UPBL.

### A Situação Actual

Em relação às terras para produção familiar e tendo em conta a nossa amostra, verificámos que:

- |     |              |         |   |
|-----|--------------|---------|---|
| (1) | 27 agregados | (33%)   | afirmaram ter as suas terras no vale.     |
| (2) | 32           | " (40%) | " " terras na serra.                      |
| (3) | 7            | " (9%)  | " " " simultaneamente no vale e na serra. |
| (4) | 15           | " (18%) | afirmaram não ter terra.                  |

Dos agregados cujos chefes de família afirmaram não ter terra, 14 são do vale e da serra (incluímos no grupo dos "sem" terra o caso de um agregado cujo chefe de família, agricultor no vale, nos disse possuir uma pequena machamba na serra, emprestada por familiares).

Nas duas primeiras semanas de estadia na OUA convêncemo-nos de que, efectivamente, havia muitos agregados "sem" terra. Tínhamos calculado que cerca de 200 agregados (17%) não tinham terra. De resto, o próprio secretário da Célula do Partido na Aldeia Comunal nos afirmou que mais de 150 famílias não tinham terra.

Se comparamos a situação anterior com a actual, constatamos que:

- (1) 38 agregados (48%) mantiveram as terras, sendo 23 do vale e 15 da serra.
- (2) 25 " (31%) têm, agora menos terra, sendo 12 do vale e 13 da serra.
- (3) 15 " (19%) ficaram sem terra, sendo 14 do vale e 1 da serra.
- (4) 2 " (2%) têm, agora, mais terra, obtida na serra.

Desses dados poderíamos concluir que 50% dos agregados foram afectados pela expropriação. Mas a verdadeira questão consiste em apurar o que significa manter as terras, ter menos terra, ficar sem terra e ter mais terra.

Façamos, primeiro, uma observação geral em relação à situação dos agregados dos pontos 1, 2 e 4 e; depois, uma observação particular e detalhada em relação ao ponto 3.

Manter as terras significa, quanto a nós e no tocante aos agregados do vale (tendo em conta a localização das terras indicada pelos entrevistados) que esses agregados continuam a agricultar, em termos de mera subsistência (porque não existe comercialização de excedente agrícolas neste momento), nas mesmas áreas que tinham antes de a expropriação principiar, o que significa que a UPBL não aproveita integralmente as áreas ocupadas. No tocante à serra a situação é plausível: os agregados não possuíam terras no actual parcelamento da Aldeia Comunal.

No ponto 2, ter menos terra no vale equivale, em princípio, ou que uma parte dos talhões anteriores foi absorvida em favor da UPBL ou que tendo todos os talhões sido absorvidos (em Magula ou em Chimbonhane, por exemplo), os agregados têm agora no Carre de 1/4 ha a 2 ha menos do que anteriormente tinham.

No ponto 4, a situação é facilmente explicável: obter mais terra nos terrenos arenosos e de grande permeabilidade, com pouca humidade e pouca matéria orgânica, é relativamente fácil. Ter mais do que uma machamba pode significar estar menos dependente do esgotamento dos solos, por exemplo.

Analisemos agora o ponto 3: dos 15 agregados referidos como não tendo terra actualmente, dois tinham, anteriormente, menos de 1 ha, três tinham de 2 a 3 ha, quatro tinham de 4 a 5 ha, um de 5 a 8 ha, um tinha

9 ha, um outro 10 ha, e finalmente um tinha 30 ha. De três agregados não nos foi possível obter as dimensões das suas terras.

Onze dos agregados tinham charruas e bois (três tinham, até, duas charruas cada). Um desses onze, além de duas charruas, possuía ainda um tractor. O 12º alugava um tractor (não obtivemos informação em relação a três agregados).

Actualmente quatro dos agregados mantêm os bois de trabalho, a quatro morreram os bois aquando das cheias e um vendeu-os (de dois agregados não conseguimos apurar se mantiveram ou perderam os bois).

Sete dos agregados mantiveram as charruas, dois venderam-nas, um perdeu a charrua nas cheias e um mantém o tractor.

Os 15 agregados comercializavam algodão, trigo, arroz e milho (não apurámos a comercialização do morador da serra: não sabemos bem se era ele ou o pai que comercializava castanha de caju). Não nos foi possível obter dados concretos sobre as épocas em que a comercialização se efectuava.

Ora, quatro dos agregados têm cada um um assalariado não chefe de família na Africa do Sul (um deles tem ainda um membro cooperativista). Seis têm um assalariado fora de Nhancutse (destes, um tem ainda um membro na Pré-Cooperativa da Aldeia Comunal e um outro agregado tem um elemento que faz e vende esteiras). Um tem um membro, não chefe de família, na UPBL. Um outro tem uma terra emprestada por familiares. Dos três restantes agregados não conseguimos saber de que subsistiam.

Verificamos claramente que, pelo menos em relação a onze agregados, estamos perante camponeses "médios" e "ricos". É possível que, quando nos disseram que não tinham terra, a sua situação anterior relativamente privilegiada os levasse, ideologicamente, a esconder que tinham agora, no Carre, 1/4 de ha ou 2 ha. É possível que exerçam uma espécie de "resistência passiva" e dependam, efectivamente, dos rendimentos monetários trazidos por membros dos agregados. Mas o que nos parece irrecusável é, na maior parte dos 15 agregados, a situação relativamente "próspera" em relação aos "camponeses pobres". Apesar de não haver falta absoluta de terra na região da Aldeia Comunal a transferência das famílias do vale e a ocupação das suas terras pela UPBL criaram uma crise de produção para certas famílias do vale.

A transferência das famílias do vale para a serra criou outro problema este relacionado com a posse dos cajueiros, dado que houve necessidade de se proceder a uma reorganização das antigas terras das famílias da serra. Muitos camponeses tinham a sua terra na actual zona habitacional da Aldeia Comunal, possuindo nela muitos cajueiros e a castanha de caju era, para os camponeses da serra, o mais importante produto de comercialização. Com o parcelamento da Aldeia Comunal a ocupação da terra, esses camponeses perderam as suas terras e, consequentemente, os cajueiros.

Queremos insistir na importância central do problema da terra pois muitos dos obstáculos no desenvolvimento da vida colectiva na Aldeia advêm da não resolução do problema, que resulta numa certa desconfiança nos

projectos do Governo. Assim, por exemplo, quando em 1978 se faz um censo do gado bovino existente, propriedade da OUA (apurou-se existirem 300 cabeças), as populações identificaram o censo como um nóvo caminho para a expropriação, tendo havido casos de abate de cabeças.

Parece-nos que a OUA não é ainda uma verdadeira Aldeia Comunal; a mobilização é difícil, a vida colectiva pareceu-nos ser quase nula. Neste momento, a Aldeia Comunal OUA parece-nos ser um agregado físico ou colectivo de casas, mas não um agregado social que viva colectivamente. Um reflexo imediato disso (e de outros factores) é o facto de a Pré-Cooperativa da contar neste momento apenas com 77 elementos, dos quais apenas 15 homens (idosos) e o restantes mulheres (a maior parte idosas).

#### Outros Aspectos da Agricultura Familiar

O problema da terra é a preocupação predominante na vida dos camponeses da OUA, apesar do facto que isso parece pesar mais em relação às camadas mais ricas do campesinato do vale. Para compreender a situação actual da Aldeia é necessário considerar outros aspectos da agricultura familiar e em primeiro lugar os outros meios de produção.

##### - Equipamento agrícola e gado bovino

Na nossa amostragem 45% dos agregados familiares possuem charruas.

A Aldeia Comunal tem presentemente quatro tractores: dois não estão a ser utilizados, num caso porque o proprietário perdeu a terra que tinha, noutro porque o proprietário o adquiriu o ano passado e não tem ainda terra. Os outros dois estão a ser utilizados: um pertence ao dono duma cantina e duma terra no vale (6 ha); o outro pertence ao pai do secretário da Célula do Partido da Aldeia Comunal, e opera numa propriedade de 12 ha.

Na nossa amostragem só 26% das famílias possuem gado bovino. Porque uma grande parte das pessoas entrevistadas sabe lavrar destaca-se a importância do aluguer ou empréstimo de charrua/bois e tractor.

##### - Comercialização

A quebra da comercialização que começou com a fuga dos colonos continua, e a nossa amostra mostra isso muito claramente em relação ao vale:

	algodão	trigo	arroz	milho
Agregados que comercializarem até à Independência	24(29%)	17(21%)	3(4%)	3(4%)
Agregados que comercializaram até às cheias	7(8%)	3(4%)	5(6%)	1(1%)

Em relação à campanha de 77/78, apenas 6 agregados (7%) comercializaram arroz (7%) e um agregado comercializou milho (1%).

Para além da desagregação dos canais de comercialização, da falta de sementes e das secas, não foi possível obter mais dados sobre quais as outras eventuais causas da quebra da comercialização. De qualquer das formas, verificámos, por registos do BPD, que numerosos camponeses do vale pediram empréstimos (segundo as estruturas políticas da Aldeia Comunal, esses empréstimos começaram a ser concedidos precisamente em '77) para investimentos produtivos nas suas machambas. Porém, segundo o responsável da secção de Geografia e Cadastro da PPA, as importâncias obtidas foram frequentemente gastas na aquisição de motas, de bicicletas, de mobílias e na construção de casas (não nos foi possível obter mais dados sobre esta questão). Por outro lado, temos alguns casos na nossa amostra, de indivíduos que nos declararam terem comercializado na campanha de 77/78 para amortizar os débitos bancários.

### Trabalho Assalariado

A reprodução da família camponesa na OUA não depende exclusivamente da produção familiar: liga-se que no presente quer no passado, com a necessidade do trabalho assalariado.

Com base na nossa amostragem temos 233 elementos produtivos, dos quais 27 ausentes (9%). Deve-se notar que são essencialmente homens da idade produtiva. Mas mesmo esta percentagem não mostra a importância histórica do trabalho migratório, especialmente da emigração para as minas, para as famílias camponesas.

Dos 82 inquéritos que efectuámos, 77 forneceram-nos, ao nível dos chefes de família, histórias de trabalho migratório para a África do Sul.

Na mostra recolhida, 15 agregados tinham membros nas minas da África do Sul (16%). Por outro lado, dez agregados tinham mineiros temporariamente em Moçambique com bónus válidos. Podemos então afirmar que 25 agregados (30%) dependem, ainda, de rendimentos monetários das minas. Entretanto, desde 1977 regressaram delas onze indivíduos, cujos bónus estão presentemente caducados.

Sabemos que o recrutamento de Moçambique para as minas sul-africanas tem sido consideravelmente restringido desde 1975: muito poucos "noviços" e muito poucos mineiros com certificados de readmissão caducados foram recrutados.

### Extractos de Camponeses e o Problema da Terra na Aldeia

Quando agrupamos os dados sobre a produção familiar e trabalho assalariado, tendo em conta também a existência do emprego de assalariados dentro da Aldeia, podemos ver que o problema da "falta da terra" deve estar relacionado com o padrão de diferenciação do campesinato do vale, que surgiu antes das cheias.



Tendo em conta o número de machambas e de hectares do agregados no tocante à situação anterior às cheias, bem como os instrumentos de trabalho utilizados (charruas, tractores próprios ou alugados), a utilização da força de trabalho de outrém (assalariamento ou tsima) a força energética animal (bois de trabalho), a nossa amostra permite que identifiquemos, provisoriamente (é necessário trabalho mais aprofundado neste sector), a existência em Magula, Chimbonhanine e Carre, de três extractos de camponeses:

- a) Camponeses "ricos", empregando assalariados em pequena escala mas usando mais a tsima. Tinham ou alugavam tractores, tinham charruas e bois de trabalho. Os seus terrenos tinham mais de 4 ha, casos havendo de terras com mais de 20 ha. Como nos explicou um dos nossos entrevistados, esses camponeses tinham frequentemente as suas terras junto das dos colonos, aproveitando através de uma extensão do regadio por motobombá pertencente ao colono, a quem pagava o aluguer dessa motobomba. Tinham obtido, segundo o nosso entrevistado, o cartão de machambeiro, dado pelo governo colonial, que os "não deixava voltar à África do Sul". Esse sector comercializava por ordem de importância, algodão, trigo, arroz e milho.
- b) Camponeses "médios", utilizando a tsima, tendo charruas e bois, com menos terra, que eventualmente recorriam ao trabalho mineiro em maus anos agrícolas; comercializavam também algodão, trigo, arroz e milho.
- c) Camponeses "pobres", escassos meios de produção, recorrendo periodicamente ao trabalho mineiro para complementar a agricultura familiar a cargo da mulher.

Deste padrão de diferenciação do campesinato pode-se tirar algumas conclusões sobre a importância do conflito entre a UPBL e uma parte da população da OUA por causa da ocupação da terra. As camadas de camponeses médios ou ricos eram mais afectadas pela redistribuição das terras do vale. A alienação deste grupo constitui um obstáculo político ao desenvolvimento da vida colectiva da Aldeia Comunal. Vimos frequentemente um destes indivíduos "sem terra", proprietário de tractor, que passava quase todos os dias com o filho, enquanto o tractor ficava inaproveitado.

#### Algumas Considerações sobre a Aplicação do "Plano do Limpopo" na OUA

O problema da terra é, pensamos, central em relação a toda a Aldeia Comunal. Existe um clima de tensão motivado sobretudo pela expectativa da resolução da redistribuição definitiva. Porque o problema da redistribuição não se vai pôr agora: é posto já desde princípios de 1978. Continuar a agricultura no vale (em relação à terra argilosa, não de machongo), em Chimbonhanine, por exemplo, significa instabilidade, porque em qualquer altura a UPBL poderá ocupar mais terra e, eventualmente, a terra dos camponeses. Agriculturar em Carre significa situação a curto ou a médio prazo, pois que o Carre será transformado em área de pastagem de gado. Agriculturar no "machongos", significa aguardar

auxílio técnico para uma obra que é difícil. Por um lado o "Plano do Limpopo" irá melhorar esta situação pela regularização do acesso às terras dos antigos habitantes do vale. Mas, tendo em conta a fraca potencialidade da UPBL para absorver mão-de-obra da Aldeias e a fraqueza actual da Cooperativa, parece-nos que a restrição súbita da agricultura familiar representada pela limitação de área cultivada arrisca a vida colectiva da Aldeia Comunal.

## CONCLUSÕES

Os relatórios das brigadas revelam a existência de certas particularidades económicas e políticas inerentes ao desenvolvimento da área em causa. No entanto existem problemas gerais que caracterizam toda a região. Estes problemas derivam dos principais componentes da economia colonial, no presente caso (distrito de Gaza) o trabalho migratório para a África do Sul e a agricultura dos colonos. São as dificuldades enfrentadas no actual período de transição para uma economia socialista, que constituem traços comuns entre as Aldeias Comuns estudadas.

### Problemas Principais da Base Produtiva das Aldeias Comuns

1. A restrição abrupta da migração para a África do Sul provocou uma baixa no nível de subsistência das famílias do distrito de Gaza, através da limitação do acesso aos bens de consumo e às alfaías agrícolas, que constituem uma parte essencial do ciclo reprodutivo da agricultura familiar. Verificámos que quase todas as famílias camponesas entrevistadas tinham sido, numa determinada fase do seu desenvolvimento, dependentes do rendimento do trabalho mineiro.
2. Há uma crise de produção e de comercialização no sector familiar. Verificámos que desde a Independência se deu um declínio do nível de comercialização, para a maior parte dos agregados camponeses. Na medida em que todas as famílias precisam de dinheiro para comprar as mercadorias básicas para a sua subsistência, a queda de comercialização afecta o "bem-estar" das Aldeias no seu conjunto e não só o dos camponeses ricos. Apesar dos problemas de organização do escoamento e do transporte dos produtos, a crise de comercialização parece-nos ser principalmente uma crise de produção, que afecta mais

os camponeses médios e pobres (1) que não têm acesso ao crédito, que não possuem machambas com sistema de irrigação, tractores, motobombas e que não dispõem de dinheiro para comprar sementes.

3. Parece-nos que nesta altura a UPBL ainda não é suficientemente forte para servir como principal base produtiva das Aldeias Comuns sob o seu controle. É evidente que as Empresas Estatais (neste caso a UPBL) não possuem ainda nem os recursos organizativos nem os meios financeiros necessários para dinamizar a produção sob o seu controle. Além disso, o actual padrão de produção na UPBL é maioritariamente baseado na monocultura do arroz. O perfil de absorção de trabalho caracteriza-se por uma baixa procura de trabalho, com picos sazonais, por ocasião da sacha e da ceifa. Com um tal padrão de absorção de mão-de-obra a Empresa nunca poderá fornecer suficiente emprego para proporcionar salários que garantam a subsistência dos camponeses das Aldeias sob o seu controle.
4. O sector cooperativo é ainda muito fraco nas Aldeias Comuns que estudámos. Em geral as Cooperativas apresentam débitos elevados, sendo o seu nível de produção baixo. A participação nas Cooperativas é muito fraca. Os seus membros (com excepção dum certo grupo de camponeses médios) situam-se na maior parte dentro das camadas menos produtivas da população, solteiros e velhos. Em algumas regiões tem sido utilizada pressão administrativa para aumentar o

- 
- (1) O presente relatório não pretende analisar exaustivamente a composição de classe do campesinato. Um aspecto da discussão desta problemática, para o caso da Província de Inhambane, encontra-se em O Mineiro Moçambicano, capítulo III, 17.

Em relação ao campesinato médio são extremamente interessantes os comentários de Lênine:

"O Partido deve conseguir, custe o que custar, que todos os funcionários dos Soviotes rurais compreendam, com absoluta clareza e firmeza, a verdade, plenamente estabelecida pelo socialismo científico, de que os camponeses médios não pertencem ao campo dos exploradores, pois não obtêm lucros à custa do trabalho alheio."

Lênine: Resolução sobre a atitude para com o campesinato médio. VIII Congresso do PC(b) da Rússia, 1919

Citado segundo Lênine: A questão agrária. Coleção Leniniana, 1, Ed. Avante, Lisboa, 1975, pág. 111.

nível de participação nas Cooperativas (1). Também constatámos que existe bastante confusão, quer ao nível das Aldeias, quer ao nível administrativo, quanto ao modo em como as Cooperativas devem ser organizadas e quais devem ser, na produção cooperativa, as relações entre a acumulação social e/ou a produção para subsistência.

#### Causas da Fraqueza da Base Produtiva das Aldeias Comunaes do Baixo Limpopo

É evidente que as cheias e o processo de transferência dos camponeses do vale para zonas seguras, onde foram constituídas Aldeias, provocaram um abalo na base produtiva do Baixo Limpopo. Perderam-se culturas e gado, alguns sistemas de drenagem e regadio ficaram inoperativos, as pessoas tiveram que abandonar as terras que já tinham sido cultivadas. Contudo, no caso das Aldeias Comunaes que estudámos, não encontramos problemas graves em relação à possibilidade de obtenção de lenha, água ou pastagens e à acessibilidade de terra cultivável. Sabemos que o mau tempo dos dois últimos anos (primeiro chuvas excessivas e depois secas) afectou bastante a produção mas, a variabilidade climática fazendo parte dos riscos normais da agricultura, não pode constituir, portanto, explicação suficiente, principalmente numa zona de regadio, para as grandes baixas que ainda persistem no nível da produção. Ahamos pois errada, ou pelo menos exagerada, a atribuição dos problemas actuais da região do Baixo Limpopo a causas climáticas.

- (1) "Estimulando toda a espécie de associações, bem como as comunas agrícolas de camponeses médios, os representantes do Poder Soviético não devem, entretanto, admitir a menor coacção na sua formação. Só têm valor as associações que são formadas pelos próprios camponeses, por sua livre iniciativa, e cujas vantagens foram por eles comprovadas na prática. A precipitação excessiva neste problema é prejudicial, porque a única <sup>coisa</sup> que se consegue é fomentar as prevenções do camponês médio contra qualquer inovação.

Os representantes do Poder Soviético que se permitirem empregar a coacção, não apenas directa, mas mesmo indirecta, para incorporar os camponeses em comunas, devem ser severamente responsabilizados e afastados do trabalho no campo."

Lênine: Resolução sobre a atitude para com o camponês médio.  
VIII Congresso do PC(b) da Rússia, 1919.

Citado segundo: Lénine: A questão agrária. Coleção Leniniana, 1, Ed. Avante, Lisboa, 1975. pág.111.



O declínio do trabalho migratório para a África do Sul e a consequente perda de rendimentos monetários contribuíram, provavelmente, para a baixa de produção no sector familiar. Para comprar alfaías agrícolas gado bovino, e sementes é necessário possuir reservas em dinheiro. Apesar disso é ainda demasiadamente cedo para se fazer sentir no distrito de Gaza, na esfera da produção familiar, todo o impacto da restrição do trabalho migratório para as minas.

O fraco apoio estatal tanto ao sector colectivo como ao familiar afectou também o volume da produção. Actualmente com a extrema falta tanto de recursos financeiros, como de quadros, seria necessário reestruturar alguns (de uma vasta gama) serviços estatais outrora dirigidos às necessidades da agricultura capitalista, de modo a poderem beneficiar o conjunto da economia regional. Apresentamos, como exemplos, alguns dos problemas que ressaltam dos relatórios das Brigadas:

- A DPA tem dificuldades em satisfazer todos os pedidos de aluguer de tractores e muitas vezes estes não são obtidos na altura apropriada para a lavragem do terreno.
- Ainda não foram estabelecidas alternativas para o sistema colonial de "avanços" de sementes, do qual dependia a produção para mercado, no caso dos camponeses pobres e médios.
- A política de concessão de crédito do BPD tem favorecido os camponeses proprietários de grandes machambas e os agricultores colonos ainda existentes na área.
- A falta dum sistema contabilístico e de gestão adaptado às necessidades e capacidades dos membros camponeses das Cooperativas.

Finalmente, e talvez seja este o aspecto mais importante, os problemas de produção do Baixo Limpopo relacionam-se com os conflitos entre os diferentes sectores da produção agrícola: estatal, cooperativo e familiar.

- Como foi salientado na 4ª Sessão do CC os recursos financeiros dirigiam-se principalmente ao sector estatal, a custo do desenvolvimento de novas formas de agricultura familiar e da organização das Cooperativas. Esta situação ainda não tinha sido solucionada aquando da nossa estadia no Baixo Limpopo.
- Existem alguns conflitos directos acerca da questão da posse da terra entre o sector estatal e o campesinato. Exemplos marcantes desta situação são os casos, (referidos nos relatórios) de expropriação de machambas camponesas na Aldeia Comunal OUA e da ocupação dum terreno lavrado pelos camponeses e destinado a uma Cooperativa na Aldeia Comunal Salvador Allende. Na medida em que a UPBL não tem capacidade para cultivar toda a terra sob o seu controle, este tipo de conflitos conduz a uma redução da produção e entrava a mobilização política. Um responsável da UPBL referenciou que os camponeses que trabalham com bois e charruas, estão por vezes melhor equipados para cultivar as terras mal drenadas do vale que a UPBL, com os seus tractores pesados que se enteram.

- Segundo o "Plano do Limpopo" (e foi confirmado pela nossa investigação) também há conflitos entre o desenvolvimento do sector cooperativo e a produção familiar. A participação marginal do campesinato indica que as Cooperativas não são encaradas confiadamente como uma alternativa à produção familiar para assegurar a subsistência (e os baixos níveis de produção registados até agora parecem comprovar esta preocupação do campesinato). A fraca participação no trabalho cooperativo em períodos cruciais do ciclo agrícola mostra que a produção familiar tem precedência na distribuição do tempo de trabalho dos camponeses.

### O Plano do Limpopo

O "Plano do Limpopo" identifica nitidamente a fraqueza da base produtiva das Aldeias Comuns e propõe soluções baseadas numa estratégia de transição para formas colectivas de produção agrícola. O nosso relatório não põe em dúvida a validade desta estratégia mas levanta questões sobre os passos propostos pelo "Plano" para a sua implementação. Pensamos que é importante reconhecer que uma restrição da agricultura familiar, medida que irá afectar uma grande proporção do campesinato, deve estar ligada a outras medidas que possam substituir a sua base de subsistência. Tomando em conta a fraqueza actual do sector colectivo no Baixo Limpopo, tais medidas teriam que incluir uma melhor distribuição dos recursos necessários em relação às necessidades das cooperativas e da agricultura familiar (fornecimento de charruas, bois, sementes e apoio técnico). Para se realizar uma correcta prestação de apoio ao sector cooperativo, é necessário proceder à avaliação das diversas formas de participação, incentivos e distribuição do rendimento entre a acumulação social e a remuneração individual nas Cooperativas existentes. Estas recomendações estão em harmonia com as directivas da 4ª Sessão do CC que sugerem que o desenvolvimento das formas colectivas de produção deva depender, a curto prazo, duma atenção mais cuidadosa às necessidades da agricultura familiar.

Parece-nos, pois, arriscado restringir a produção familiar sem a existência de uma base material no sector colectivo, capaz de absorver a força de trabalho assim libertada, porque:

- embora a UPBL tente desenvolver projectos para diversificar a produção e absorver os desempregados das Aldeias, não pode nesta altura fornecer postos de trabalho em número suficiente para absorver a força de trabalho nas Aldeias sob o seu controlo. Esta situação é agravada pela baixa maciça das oportunidades de trabalho nas minas da África do Sul.
- não se podem resolver os problemas da fraca participação nas Cooperativas, simplesmente através da restrição da dimensão das machambas atribuídas ao sector familiar. A participação não aumentará numa base voluntária, a menos que as Cooperativas sejam bastante fortes para poderem assegurar uma fonte alternativa de rendimento. Por outro lado, se os camponeses não forem mais bem integrados no processo de gestão da Cooperativa, a falta de quadros preparados, bloqueará o progresso da produção. Se os camponeses não



possuírem uma base sólida de subsistência, será muito difícil recrutá-los para a produção cooperativa, destinada à acumulação social.

Em resumo, limitar a produção familiar sem prever hipóteses de absorção da força de trabalho assim libertada, no sector colectivo, é perigoso. O resultado mais provável será uma queda do nível de subsistência das famílias das Aldeias Comunaes. Ora uma baixa na subsistência **criará entraves** à mobilização dos camponeses no sentido de apoiarem as novas formas colectivas de produção.

Sabemos que a restrição da propriedade de machambas afectará mais certas famílias que outras, especialmente as famílias mais ricas. Parece que o número de camponeses ricos nas Aldeias do Baixo Limpopo é pequeno mas a **restrição** da terra limitaria, de igual modo, a produção dos camponeses médios. Esta camada, embora não constitua uma classe exploradora, possui charrua e bois e trabalhar machambas de 2 - 5 ha. É nossa opinião que as medidas que vão ser utilizadas para introduzir o campesinato médio nas novas formas de produção colectiva, devem ser ponderadas, pois é uma das questões centrais no processo de transição socialista no vale do Limpopo.